



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMAÇÃO



PLANO DE ACTIVIDADES

2011

DGADR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Plano de Actividades 2011

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

LISBOA
2011

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
CARACTERIZAÇÃO DA DGADR	5
Missão e atribuições.....	6
Enquadramento legal	7
Estrutura orgânica	7
Interações nacionais e internacionais	9
RECURSOS A AFECTAR	11
Recursos humanos.....	12
Recursos financeiros.....	13
Suportes físicos e lógicos.....	16
ANÁLISE DO PLANO.....	18
Objectivos estratégicos e operacionais	19
DIRECÇÃO SUPERIOR – CARACTERIZAÇÃO E ACTIVIDADES	21
OBJECTIVOS E ACTIVIDADES DAS UNIDADES NUCLEARES	23
Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração.....	24
Direcção de Serviços da Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais	35
Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural	44
Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais	53
Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal.....	66
Direcção de Serviços de Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas	75
Rede Rural Nacional	90
Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão para o Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) ..	91
Coordenação da Rede Rural Nacional e Unidade Central da Estrutura Técnica de Animação	97
ANEXOS	101

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente plano de actividades tem como objectivo apresentar as actividades a desenvolver pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural ao longo de 2011. Foi elaborado de acordo com as orientações expressas no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, onde se procura responder às novas exigências da gestão do sector público e pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), o qual privilegia o Ciclo Anual de Gestão articulado com a Carta de Missão e com Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tendo como referencial a missão, a visão e os objectivos estratégicos e operacionais definidos no Mapa Estratégico desta Direcção-Geral, este novo modelo de gestão integrada requer um enorme envolvimento de toda a organização, dos seus dirigentes e demais trabalhadores sem excepção, a fim de se alcançar os resultados previstos.

É a integração e a articulação entre o SIADAP, que assenta numa concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação e visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo anual de gestão e o Balanced Scorecard (BSC), instrumento de gestão orientado para a estratégia que permite à DGADR expor a sua visão estratégica e transformá-la num plano de acção capaz de estabelecer uma contínua melhoria no seu desempenho organizacional.

CARACTERIZAÇÃO DA DGADR

MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A DGADR é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Tem por missão contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional.

Para tal prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
- Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- Promover a viabilização das explorações agrícolas, a modernização das empresas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares;
- Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Executar a política de protecção das culturas;
- Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;
- Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem o seu enquadramento legal nos seguintes diplomas:

- Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica;
- Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas;
- Portaria n.º 1342/2007, de 11 de Outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares;
- Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respectivas competências.

ESTRUTURA ORGÂNICA

De acordo com o disposto na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, e no Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, a DGADR encontra-se estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

Direcção

Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projectos (EMAP)

Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

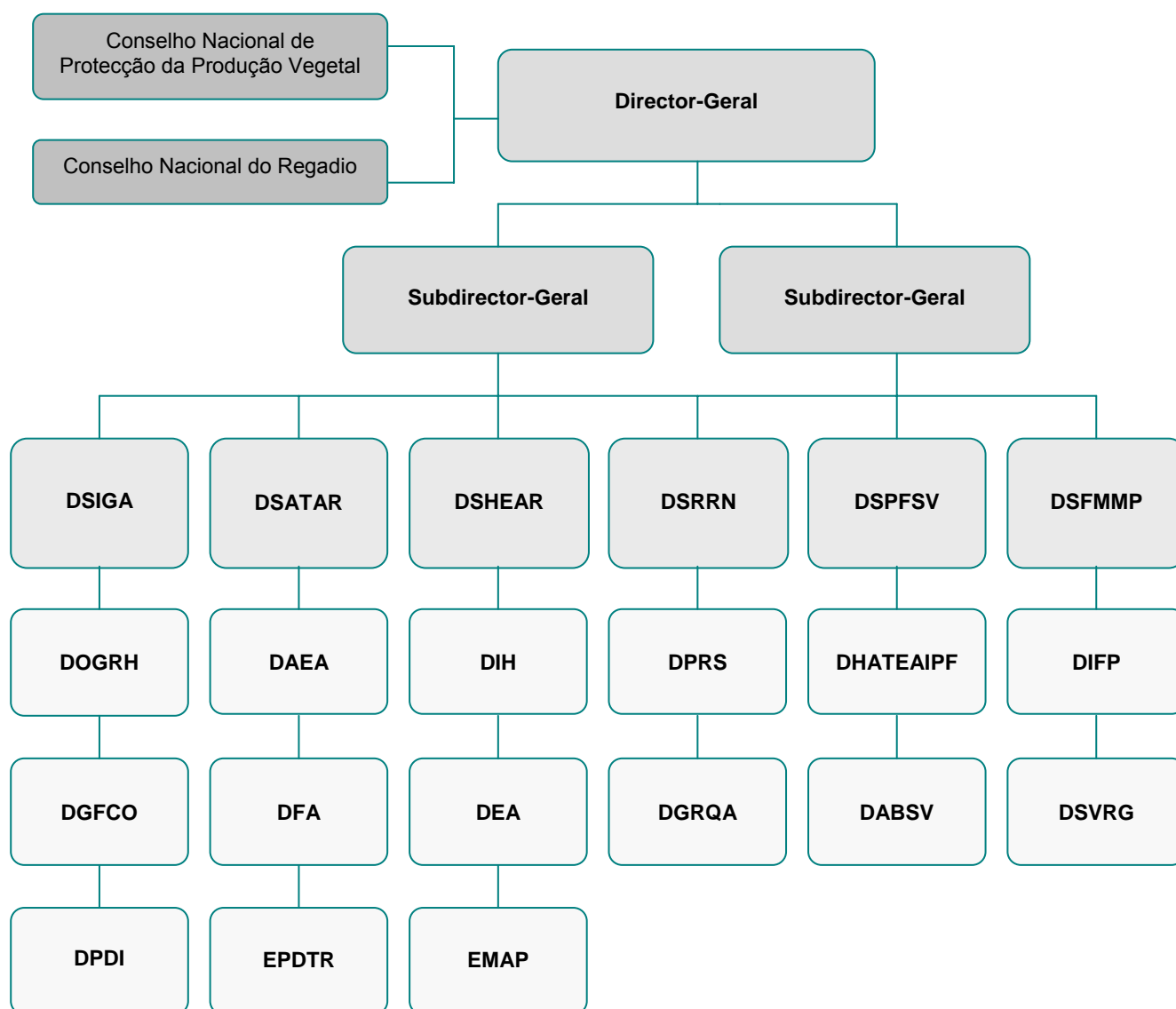
- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)

Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspeção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)



INTERACÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Para a concretização da sua carta de missão e tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos, a DGADR procurará ao longo de 2011 ter uma intervenção proactiva e em articulação com as entidades com que se relaciona quer nacionais, quer internacionais (Anexo I – Interacções Nacionais e Internacionais), das quais se destacam:

ENTIDADES NACIONAIS

Organismos do MADRP

Autoridade Florestal Nacional

Autoridade de Gestão do PRODER

Comissões Regionais da Reserva Agrícola

Direcção-Geral da Veterinária

Direcções Regionais de Agricultura e Pescas

Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva

Gabinete de Planeamento e Políticas

Gabinete do Gestor do Programa Operacional da Região

Gabinete do Gestor do Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Inspecção-Geral de Agricultura e Pescas

Instituto da Vinha e do Vinho

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Instituto Nacional de Recursos Biológicos

Secretaria-Geral

Organismos/Entidades Nacionais

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Ministério da Justiça

Ministério da Saúde

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Ministério da Economia e da Inovação

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Ministério das Finanças e Administração Pública

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Ministério da Educação

Presidência do Conselho de Ministros

ENTIDADES INTERNACIONAIS

Comissão da União Europeia

Conselho da União Europeia

Outras Entidades Internacionais

RECURSOS A AFECTAR

O planeamento dos recursos a afectar corresponde à escolha das estratégias de actuação que irão permitir atingir os objectivos da DGADR. A determinação dos recursos (humanos, materiais e financeiros) é fundamental para a implementação do plano e para a definição das acções a desenvolver ao nível operacional e das medidas a tomar que possibilitem a monitorização dos resultados.

RECURSOS HUMANOS

Para assegurar a execução das suas actividades e objectivos, a DGADR planeia para o ano de 2011 um total de 335 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos de pessoal e pelas diversas Unidades Orgânicas da seguinte forma:

	DIRECÇÃO SUPERIOR	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	TÉCNICO SUPERIOR	COORDENADOR TÉCNICO	INFORMÁTICA	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	TOTAL
DIRECÇÃO	3		4			3	2	12
DSIGA		4	13	2	12	33	4	68
DSATAR		4	29		1	9		43
DSHEAR		4	44			15	2	65
DSRRN		3	31		2	9	1	46
DSPFSV		3	30			15	2	50
DSFMMP		3	23			16	9	51
TOTAL	3	21	174	2	15	100	20	335

RECURSOS FINANCEIROS

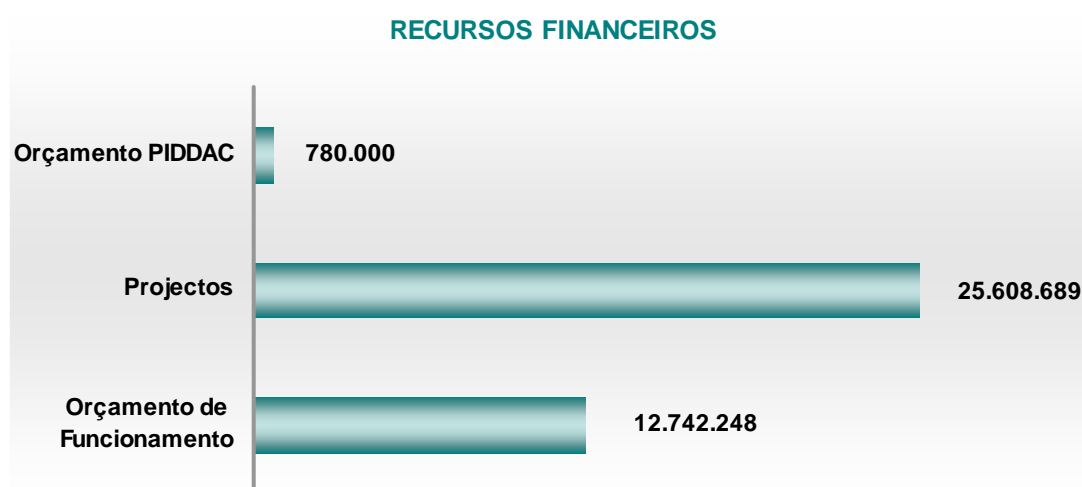
	Financiamento Nacional	FEADER	Outras Fontes	TOTAL
Orçamento de Funcionamento	12.742.248	0	0	12.742.248
Receitas Gerais	8.632.817			8.632.817
Receita com Transição de Saldos	4.109.431			4.109.431
Projectos	10.097.500	15.490.189	21.000	25.608.689
Orçamento PIDDAC	742.500		37.500	780.000
TOTAL	23.619.748	15.490.189	58.500	39.130.937

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO		
Actividade		Montante de despesa em €
Actividade 258	Gestão Administrativa	8.632.817
Receita	Receita Própria	4.109.431
Total		12.742.248

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	7.285.413
Abonos variáveis ou eventuais	239.132
Segurança social	1.215.057
Aquisição Bens e Serviços Correntes	3.441.623
Transferências Correntes	118.800
Outras Despesas Correntes	392.923
Despesas de capital	49.300
Total	12.742.248

PROJECTOS	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	377.327
Abonos variáveis ou eventuais	14.622
Segurança social	61.028
Aquisição Bens e Serviços Correntes	2.416.258
Transferências correntes	294.922
Outras Despesas Correntes	248.363
Despesas de capital	22.196.169
Total	25.608.689

ORÇAMENTO PIDDAC	
Rubrica	Dotação
Abonos variáveis ou eventuais	10.000
Aquisição Bens e Serviços Correntes	367.800
Transferências Correntes	210.000
Despesas de capital	192.200
Total	780.000



ORÇAMENTO DE PIDDAC PARA 2011

Programa	Medida	Projecto	Serviço	Financiamento nacional (€)	Financiamento comunitário (€)
P013 Agricultura e Pescas	M040 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pescas – Administração e Regulamentação	7968 Informatizar a RAN	DSRRN	280.000	–
	M042 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pescas – Agricultura e Pecuária	7267 Medidas Fitossanitárias	DSPFSV DSFMMP	450.000	–
		7030 SUDOE: Viajando por Besanas	DSATAR	12.500	37.500
Total				742.500	37.500

RECURSOS FÍSICOS E LÓGICOS

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	
Designação	Quantidade
Computadores PC	236
Computadores portáteis	18
Impressoras laser policromáticas	28
Impressoras laser monocromáticas	9
Fotocopiadoras	11
Servidores	11
Digitalizadores	12
Impressoras multifunções	9
Data Shows	5

COMUNICAÇÕES	
Designação	Quantidade
Modem	8
Switch	16
UPS	3
Centrais telefónicas	3
Faxes	2

SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Facturação	Windows	Oracle em AIX
Gestão de dívidas a cobrar	Windows	Oracle em AIX
Gestão QCA	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento QCA	Windows	Oracle em AIX
Gestão PRODER	Windows	Oracle em AIX
Registo de ajustes directos	(ambiente web)	SQL em Windows
Gestão de contratos	Windows	Oracle em AIX
Gestão de protocolos	(ambiente web)	SQL em Windows
Docbase – Gestão de biblioteca	Windows	
Gestão de candidaturas ao cartão de artesanato	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento de Empreitadas	Windows	Oracle em AIX
Gestão e acompanhamento do Benefício Fiscal ao Gasóleo	Windows	Oracle em AIX
Fiscalização da execução do Benefício Fiscal ao Gasóleo	(ambiente web)	Oracle em AIX
Benefício Fiscal ao Gasóleo – Petrogal	Windows	Residente na Petrogal
Portal de Serviços da SIBS	(ambiente web)	
SIAG – Património	Windows	4D
Gesparque – Gestão do parque informático	Windows	
Registo de Juntas de Agricultores	Windows	Oracle em AIX
Infinet – Controlo fitossanitário	(ambiente web)	
Serviço Nacional de Avisos Agrícolas	(ambiente web)	
Certificação de variedades de sementes	(ambiente web)	Oracle em AIX
Acreditação de técnicos em modo de produção biológica	(ambiente web)	MS Access
Base de dados de semente biológica disponível em Portugal		MS Access

ANÁLISE DO PLANO

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

O Plano de Actividades da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural estrutura-se em 3 Objectivos Estratégicos, para os quais contribuem 9 Objectivos Operacionais.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS (OE):

- OE1 Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;
- OE2 Aumentar o grau de satisfação dos clientes;
- OE3 Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS (OO):

No âmbito da eficácia

- OO1 Aumentar a área de regadio colectiva pública
- OO2 Dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos
- OO3 Validar o método de tratamento por compostagem da casca de coníferas para eliminação do NMP

No âmbito da eficiência

- OO4 Aumentar a eficiência na execução orçamental
- OO5 Concluir a primeira fase da rede temática CERTINET no âmbito da certificação vitícola

No âmbito da qualidade

- OO6 Disponibilizar informação no âmbito do regadio criando um Espaço Web para a Autoridade Nacional do Regadio (ANR)
- OO7 Operacionalizar o instrumento de Estruturação Fundiária: Banco de terras
- OO8 Implementar novos procedimentos de colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos
- OO9 Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO *

	Objectivos Operacionais	Indicadores	Metas
Eficácia	Aumentar a área de regadio colectiva pública	N.º de hectares de regadio equipados	4528
	Dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos	Taxa de colaboradores com formação no ano de 2011	20%
	Validar o método de tratamento por compostagem da casca de coníferas para eliminação do NMP	Data de envio de uma proposta à Comissão Europeia	334 dias ⇔ 30 de Novembro
Eficiência	Aumentar a eficiência na execução orçamental	Data de elaboração de Manual de Procedimentos no âmbito da implementação de medidas com vista a ganhos de eficiência tendo como base um conjunto pré-definido de rubricas orçamentais	150 dias ⇔ 30 de Maio
		% de despesas funcionamento predefinidas sobre o orçamento do ano n/ % despesas de funcionamento predefinidas sobre o orçamento ano n-1	1%
	Concluir a primeira fase da rede temática CERTINET no âmbito da certificação vitícola	Apresentação da primeira fase da rede aos seus membros	335 dias ⇔ 1 de Dezembro
Qualidade	Disponibilizar informação no âmbito do regadio criando um Espaço Web para a Autoridade Nacional do Regadio (ANR)	Data de disponibilização de Espaço Web para a ANR	289 dias ⇔ 16 de Outubro
	Operacionalizar o instrumento de Estruturação Fundiária: Banco de terras	N.º de dias para definição do quadro regulamentar específico do instrumento de EF: Banco de terras (após a publicação da legislação que cria o BT)	90 dias
		N.º de dias para a integração da informação relativa às reservas de terras, constituídas no âmbito do regime de emparcelamento, em base de dados única (após a publicação da legislação que cria o BT)	90 dias
	Implementar novos procedimentos de colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos	Prazo para a implementação do novo modelo de autorização de venda de produtos fitofarmacêuticos de acordo com o Regulamento 1107/2009	166 dias ⇔ 15 de Junho
	Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Prazo para a definição da estrutura, objectivos e áreas de intervenção do Plano de Acção Nacional previsto na Directiva 2009/128/CE	350 dias ⇔ 16 de Dezembro
		Prazo para a elaboração de proposta dos indicadores de risco nacionais a utilizar para cumprimento do disposto no artigo 15º da Directiva 2009/128/CE	350 dias ⇔ 16 de Dezembro

* (enviado para aprovação)

DIRECÇÃO SUPERIOR – CARACTERIZAÇÃO E ACTIVIDADES

DIRECÇÃO SUPERIOR

CARACTERIZAÇÃO

A DGADR é dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por dois Subdirectores-Gerais, sendo que o primeiro exerce as competências que lhe forem conferidas por lei ou nele delegadas ou subdelegadas e os outros exercem as competências que lhes sejam delegadas ou subdelegadas pelo Director-Geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DIRECÇÃO	DIRECTOR-GERAL	1	20
	SUBDIRECTOR-GERAL	2	40
	TÉCNICO SUPERIOR	4	48
	ASSISTENTE TÉCNICO	3	24
	ASSISTENTE OPERACIONAL	2	10
		12	142

OBJECTIVOS E ACTIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

I – INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA), dispõe de três unidades flexíveis, nomeadamente, Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH), Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO) e Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI). Apresenta como principais competências assegurar:

- ✦ A organização e gestão dos recursos humanos;
- ✦ A gestão patrimonial, financeira e o controlo orçamental;
- ✦ A gestão dos recursos e meios informáticos e das infra-estruturas das redes e comunicações de dados;
- ✦ O planeamento, acompanhamento, controlo e avaliação das actividades desenvolvidas;
- ✦ O tratamento, disponibilização e divulgação de informação.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
I	Coordenação das áreas de Informação, Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, Planeamento e Informática e Apoio Jurídico;	DSIGA
I.1	Desenvolver as acções necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respectivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional;	DSIGA/DOGRH
I.2	Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;	DSIGA/DOGRH
I.3	Promover e assegurar a realização de acções referentes à racionalização, simplificação e modernização de circuitos administrativos e suportes de informação;	DSIGA/DOGRH
I.4	Dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa com recurso às novas tecnologias;	DSIGA/DOGRH
I.5	Preparar os projectos de orçamento de receitas gerais, receitas próprias, projectos co-financiados e PIDDAC, assegurar a gestão e controlo orçamental propondo as alterações julgadas necessárias, elaborar e registar PLC's, elaborar relatórios financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.6	Garantir a elaboração da conta de gerência, bem como o relatório financeiro anual sobre a gestão efectuada, elaborar relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO
I.7	Garantir as funções inerentes à emissão e envio de facturação, ao registo dos recebimentos, à emissão de guias de receita. Efectuar o controlo da dívida de clientes e de processos de cobrança coerciva. Elaboração de relatórios de apoio à gestão;	DSIGA/DGFCO
I.8	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respectivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos correspondentes;	DSIGA/DGFCO

I.9	Assegurar as funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e aos respectivos registos contabilísticos obrigatórios assim como ao arquivo dos documentos justificativos referente a projectos co-financiados PRODER. Assegurar o controlo e execução financeira;	DSIGA/DGFCO
I.10	Assegurar a função tesouraria, registar as receitas e despesas, emitir os meios de pagamento e folhas de cofre, efectuar o controlo das contas bancárias. Assegurar a gestão do fundo de maneo. Garantir a gestão dos fluxos financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.11	Proceder à elaboração de procedimentos de aquisição de bens e serviços, manter actualizado o registo de património, numerar e registar contratos de empreitadas, registo e controlo de garantias bancárias, assegurar a manutenção das instalações, assegurar a gestão adequada do economato, assegurar os procedimentos inerentes à gestão da frota automóvel da DGADR;	DSIGA/DGFCO
I.12	Assegurar a gestão do serviço de documentação, actividade editorial e divulgação de informação;	DSIGA/DPDI
I.13	Promover a aquisição e conservação dos meios informáticos e garantir a manutenção de um cadastro actualizado dos mesmos;	DSIGA/DPDI
I.14	Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e garantir a funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infra-estruturas das redes de comunicação de dados;	DSIGA/DPDI
I.15	Conceber estruturar e organizar a informação da internet e intranet, garantindo o respectivo desenvolvimento, manutenção e actualização permanente;	DSIGA/DPDI
I.16	Proceder à elaboração dos planos anuais e plurianuais de actividades, implementar um sistema de acompanhamento e controlo da sua execução e preparar o respectivo relatório anual, recolher, organizar e divulgar a informação estatística obtida a partir dos procedimentos e actividades da Direcção-Geral;	DSIGA/DPDI
I.17	Programar, preparar e executar as acções de informação e relações públicas.	DSIGA/DPDI

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Optimizar a gestão financeira							
OO 1	Aumentar a eficiência da execução orçamental							I.5 / I.6 / I.7 I.8 / I.9 / I.10 / I.11
Indicador 1	Elaboração de Manual de Procedimentos	Peso: 50%	150	S	<120			
				A	[120-180]			
				NA	>180			
Indicador 2	% de despesas de funcionamento pré-definidas sobre o orçamento do ano n / % despesas funcionamento pré-definidas ano n-1	Peso: 50%	1%	S	>1,4%			
				A	[0,6-1,4%]			
				NA	<0,6%			
Iniciativas / Acções	Elaboração do Manual de Procedimentos							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Implementação de medidas							
	Monitorização mensal dos resultados							
	Análise dos desvios e proposta de medidas de correcção							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Elaborar relatório financeiro para apoio à gestão							I.5
Indicador 1	Data de apresentação do relatório	Peso:	Até ao dia 14 do mês seguinte	S	<12			
		100%		A	[12-16]			
		NA		>16				
Iniciativas / Acções	Registo e contabilização da receita entrada							
	Registo e contabilização da despesa efectuada							
	Análise mensal da situação financeira e orçamental							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Efectuar o controlo dos limites trimestrais da despesa							I.11
Indicador 1	Data realização relatório trimestral	Peso:	3ª semana após trimestre	S	<3ª semana			
		100%		A	3ª semana			
		NA		>3ª semana				
Iniciativas / Acções	Efectuar planeamento trimestral da actividade com as UO							
	Efectuar o planeamento das necessidades de tesouraria							
	Elaborar o relatório mensal da evolução da execução da despesa							
Justificação dos Desvios								
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Criar uma Autoridade de Certificação (AC) para o domínio da instituição							I.15
Indicador 1	Data de implementação da AC	Peso:	31-Dez	S	<31-Dez			
		100%		A	31-Dez			
		NA		Não implantada				
Iniciativas / Acções	Elaboração de documento explicativo para autorização superior							
	Instalação e configuração da AC							
	Elaboração do regulamento de utilização							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Possibilitar a todos os colaboradores gerarem os seus documentos em formato PDF/A							I.15

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	Data em que todos os utilizadores do domínio estão aptos a gerar documentos em formato PDF/A	Peso:	15-Set	S	<Set			
		100%		A	[1-30 Set]			
		NA		>Set				
Iniciativas / Acções		Instalação e configuração do software necessário em todos os utilizadores						
		Elaborar manual de utilização						
Justificação dos Desvios								
OE		Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada						
OO 1		Promover a implementação de um sistema de gestão documental						I.3 / I.15
Indicador 1	Data de implementação de estudo piloto	Peso:	15-Dez	S	<Nov			
		100%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>Dez				
Iniciativas / Acções		Definir os perfis de documentos						
		Promover estudo piloto						
Justificação dos Desvios								
OO 2		Elaborar proposta de solução para registo do inventário dos bens móveis da DGADR						I.11
Indicador 1	Data de apresentação da proposta	Peso:	23-Jun	S	<15-Jun			
		100%		A	[15-30 Jun]			
		NA		>15-Jun				
Iniciativas / Acções		Elaborar proposta de solução						
		Elaborar Bae de Dados para controlo do inventário						
		Definir categorias, regras de registo e utilização de bens						
		Registo dos bens a efectuar pelos seus utilizadores						
Justificação dos Desvios								
OO 3		Melhorar e relacionar mapas de elementos de natureza financeira dos Planos, Relatórios de Actividades e QUAR						I.17
Indicador 1	Data de apresentação de modelos dos mapas	Peso:	15-Jul	S	<Jul			
		100%		A	[1-31 Jul]			
		NA		>Jul				
Iniciativas / Acções		Definir os dados a constar nos mapas						
		Elaborar mapas						
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 4	Implementar um sistema de registo de pedidos de informação através da linha azul							I.18
Indicador 1	Data de implementação do sistema de registo	Peso:	15-Jun	S	<Jun			
		100%		A	[1-30 Jun]			
		NA		>Jun				
Iniciativas / Acções		Estudo dos campos relevantes a introduzir no sistema						
		Elaboração do sistema de registo						
Justificação dos Desvios								
OO 5	Consolidar as bases de dados bibliográficas							I.17
Indicador 1	Data de consolidação das bases de dados bibliográficas	Peso:	15-Nov	S	<Nov			
		100%		A	[1-30 Nov]			
		NA		>Nov				
Iniciativas / Acções		Migração dos dados da base de dados PorBase para a base de dados DocBase						
		Consolidação das bases de dados						
Justificação dos Desvios								
OO 6	Melhorar o sistema de registo dos visitantes da Biblioteca da DGADR							I.18
Indicador 1	Data de proposta do sistema de registo	Peso:	15-Out	S	<Out			
		100%		A	[1-31 Out]			
		NA		>Out				
Iniciativas / Acções		Elaborar proposta de sistema de registo e identificação dos visitantes da Biblioteca da DGADR						
Justificação dos Desvios								
OO 7	Desenvolver a utilização do sistema de registo de documentos na área de rede da DOGRH							I.2
Indicador 1	Prazo de utilização do sistema por todos os utilizadores da divisão	Peso:	15-Dez	S	<Dez			
		100%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>31-Dez				
Iniciativas / Acções		Elaboração de manual de utilização						
		Registo na base de dados de todos os documentos entrados e saídos, bem como indicação da sua situação						
Justificação dos Devios								
OO 8	Implementar a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR							I.3
Indicador 1	N.º de divisões da DSIGA a utilizar o sistema para efeitos de consulta	Peso:	1	S	>1			
		100%		A	1			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	0			
Iniciativas / Acções	Elaboração de manual de utilização							
	Divulgação do manual							
Justificação dos Desvios								
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Melhorar o sistema de controlo de ajustes directos							I. 5 / I.11
Indicador 1	Data de implementação do sistema	Peso:	23-Set	S	<15-Set			
		100%		A	[15-30 Set]			
		NA		>30-Set				
Iniciativas / Acções	Elaboração e aprovação da proposta de melhoria							
	Desenvolvimento das melhorias propostas							
	Elaboração de testes às melhorias introduzidas ao sistema							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Implementar o procedimento de deslocações e estadas							I. 5 / I.11
Indicador 1	Data de entrega do procedimento	Peso:	23-Abr	S	<15-Abr			
		50%		A	[15-30 Abr]			
		NA		>30-Abr				
Indicador 2	Data de implementação do procedimento	50%	23-Dez	S	<15 Dez			
				A	[15-30 Dez]			
				NA	>30 Dez			
Iniciativas / Acções	Aprovação do manual de procedimentos							
	Divulgação pelas Unidades Orgânicas e na Intranet							
	Monitorização e controlo do cumprimento do procedimento							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Desmaterializar o processo de requisição externa de bens							I. 5 / I.11
Indicador 1	Data da conclusão do processo automático de emissão de requisição	Peso:	23-Dez	S	<15-Dez			
		100%		A	[15-30 Dez]			
		NA		> 30-Dez				
Iniciativas / Acções	Elaboração e aprovação da proposta de solução							
	Desenvolvimento das melhorias propostas							
	Elaboração de testes às melhorias introduzidas ao sistema							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Justificação dos Desvios								
OO 4	Possibilitar o acesso dos membros da Entidade Nacional da RAN aos documentos dos recursos pela internet							I.16
Indicador 1	Data da disponibilização	Peso:	15-Dez	S	<Dez			
		100%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>Dez				
Iniciativas / Acções	Consolidação da informação e definição do processo							
	Criação do sitio e testes de implementação							
	Atribuição de credenciais e implementação							
Justificação dos Desvios								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Elaborar procedimentos internos da DGFCO							I.5 / I.6 / I.7 / I.8 / I.9 / I.10 / I.11
Indicador 1	N.º de procedimentos internos elaborados	Peso:	2	S	>2			
		100%		A	2			
		NA		<2				
Iniciativas / Acções	Identificar as áreas prioritárias a necessitar de intervenção							
	Reengenharia do circuito processual e documental							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Disponibilizar o sítio da Autoridade Nacional do Regadio							I.16
Indicador 1	Data da disponibilização	Peso:	16-Out	S	<Out			
		100%		A	[1-31 Out]			
		NA		>Out				
Iniciativas / Acções	Criar o design e a estrutura do sítio							
	Desenvolver a programação necessária ao sítio e às bases de dados							
	Implementar o sítio							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Conceber e estruturar a versão 3 do sítio do Benefício Fiscal ao Gasóleo dando acesso também às DRAP's e à R.A. Açores							I.16
Indicador 1	Data de disponibilização do prototipo	Peso:	30-Nov	S	<30-Nov			
		100%		A	30 Nov			
		NA		>30 Nov				
Iniciativas / Acções	Inventariar a informação que estará disponível a cada entidade							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Estudar e conceber a forma de filtrar a informação							
	Alterar as páginas do sítio de forma a corresponder ao objectivo							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Promover a responsabilidade ambiental e a redução dos encargos com impressão							I.16
Indicador 1	Data de disponibilização na Intranet dos consumos e gastos com impressão em rede e os impactos ambientais	Peso:	15-Set	S	<Set			
		100%		A	[1-30 Set]			
		NA		>Set				
Iniciativas / Acções	Instalação dos servidores de impressão e software de captura de pedidos de impressão.							
	Desenvolvimento de aplicação para tratamento dos dados recolhidos.							
	Criação de página na Intranet para disponibilização dos consumos de papel e custos ambientais e financeiros associados							
Justificação dos Desvios								
OO 5	Reformular a área de divulgação editorial na Mediateca no sítio da DGADR							I.13 / I.16
Indicador 1	Data de apresentação da proposta de reformulação	Peso:	15-Jun	S	<Jun			
		50%		A	[1-31 Jun]			
		NA		>Jun				
Indicador 2	Data de implementação do novo modelo da actividade editorial	Peso:	1-Ago	S	<15-Jul			
		50%		A	[15- Jul - 15-Ago]			
		NA		>15-Ago				
Iniciativas / Acções	Elaboração de estudo do tipo de informação a disponibilizar e a sua forma							
	Disponibilização <i>on-line</i> do novo modelo							
Justificação dos Desvios								
OO 6	Reorganizar o espaço de exposição/venda da actividade editorial							I.13 / I.18
Indicador 1	Data de reorganização do novo espaço	Peso:	15-Set	S	<Set			
		100%		A	[1-31 Set]			
		NA		>Set				
Iniciativas / Acções	Organização do espaço com as vertentes exposição/venda da actividade editorial e sala de consulta/leitura da área de biblioteca							
	Humanização do espaço com exposição de peças de artesanato							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Aumentar a eficiência da execução orçamental	Sistema interno de registo da execução orçamental
Elaborar relatório financeiro para apoio à gestão	Relatórios elaborados
Efectuar o controlo dos limites trimestrais da despesa	Sistema interno de registo da execução orçamental
Criar uma Autoridade de Certificação (AC) para o domínio da instituição	AC on-line e emitidos primeiros certificados digitais
Possibilitar a todos os colaboradores gerarem os seus documentos em formato PDF/A	Programa instalado generalizadamente
Promover a implementação de um sistema de gestão documental	Implementação de estudo piloto
Melhorar e relacionar mapas de elementos de natureza financeira dos Planos, Relatórios de Actividades e QUAR	Apresentação de modelos dos mapas
Implementar um sistema de registo de pedidos de informação através da linha azul	Implementação do sistema de registo
Consolidar as bases de dados bibliográficas	Bases de dados bibliográficas (PorBase e DocBase) integradas
Melhorar o sistema de registo dos visitantes da Biblioteca da DGADR	Proposta de sistema de registo
Desenvolver a utilização do sistema de registo de documentos na área da DOGRH	Utilização do sistema a 31 de Dezembro
Implementar a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR	Utilização do sistema de relógio de ponto para consulta
Melhorar o sistema de controlo de ajustes directos	Sistema interno de registo de ajustes directos
Implementar o procedimento de deslocações e estadas	Sistema interno de controlo de viagens
Desmaterializar o processo de requisição externa de bens	Processo automático de emissão de requisição
Possibilitar o acesso dos membros da Entidade Nacional da RAN aos documentos dos recursos pela internet	On-line na Internet
Elaborar procedimentos internos da DGFCO	N.º de procedimentos elaborados
Disponibilizar o sítio da Autoridade Nacional do Regadio	On-line na Internet
Conceber e estruturar a versão 3 do sítio do Benefício Fiscal ao Gasóleo dando acesso também às DRAP's e à R.A. Açores	Protótipo on-line
Promover a responsabilidade ambiental e a redução dos encargos com impressão	Zona relativa a esta matéria disponível on-line na Intranet
Reformular a área de divulgação editorial na Mediateca no sítio da DGADR	Implementação do novo modelo da actividade editorial
Reorganizar o espaço de exposição/venda da actividade editorial	Reorganização do novo espaço para exposição/venda da actividade editorial e sala de apoio às consultas na biblioteca

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSIGA	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
DOGRH	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	2	24
	ASSISTENTE TÉCNICO	12	96
DGFCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	5	60
	COORDENADOR TÉCNICO	2	18
	ASSISTENTE TÉCNICO	17	136
	ASSISTENTE OPERACIONAL	3	15
DPDI	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	12	144
	ASSISTENTE TÉCNICO	9	72
		68	642

BENS MATERIAIS

	Bens (A adquirir)	Serviços (A adquirir)
DOGRH	Aquisição de digitalizador de documentos	
DPDI	Aquisição de datashows fixos para as salas 302 - Auditório (Tapada Ed. 1) e sala João Cabral (Tapada Ed. 2)	Renovação do licenciamento da firewall
	Aquisição de módulo para impressora frente e verso para impressora HPLaserJet 5500	Renovação do licenciamento do antivírus
		Renovação do contrato de manutenção Oracle
		Renovação do contrato de manutenção do sistema IBM
		Renovação do contrato de apoio técnico
		Renovação do contrato de manutenção da DocBase

II - AGRICULTURA, TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Propor medidas adequadas à sustentabilidade das explorações agrícolas e fomentar e apoiar a melhoria da gestão, a reconversão e a diversificação de actividades nas mesmas;
- Propor e participar na preparação de medidas legislativas relativas à actividade e às explorações agrícolas, designadamente nos domínios do registo, licenciamento, arrendamento e fiscalidade;
- Promover e acompanhar a aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais;
- Promover acções de ordenamento fundiário, assim como a execução de operações de emparcelamento e de redimensionamento da propriedade rústica ou das explorações agrícolas;
- Estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural;
- Promover e colaborar na concepção e desenvolvimento de acções de revitalização do tecido económico rural, em especial no âmbito da criação de infra-estruturas básicas de apoio às actividades produtivas e de serviços de apoio técnico ao desenvolvimento, da diversificação das actividades produtivas e da instalação, consolidação e viabilização dos serviços essenciais à população rural;
- Incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da concepção e desenvolvimento de acções de preservação e valorização do património edificado, cultural e paisagístico e da promoção e marketing das amenidades rurais;
- Propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política para a formação profissional no âmbito das atribuições da DGADR e para o associativismo agrícola e rural, bem como promover, coordenar, acompanhar e avaliar a respectiva implementação;
- Operacionalizar e acompanhar a implementação das medidas de política relativas ao aconselhamento agrícola;
- Estudar e propor medidas no domínio das organizações de produtores e demais organizações de natureza associativa promotoras e concretizadoras de actividades no âmbito do desenvolvimento rural;
- Propor e participar na elaboração de instrumentos e medidas de política relativas ao trabalho e à protecção social dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, bem como promover a melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
II	Coordenação das áreas de Apoio às Explorações Agrícolas, Formação e Associativismo e Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais	DSATAR
II.1	Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da actividade agrícola	DSATAR/DAEA
II.2	Dinamização da dimensão ambiental nas explorações agrícolas	DSATAR/DAEA

II.3	Melhoria da qualificação dos agentes rurais e promoção da regulamentação do sector agro-alimentar	DSATAR/DFA
II.4	Organização do associativismo agrícola e rural e orientação para a competitividade	DSATAR/DFA
II.5	Incentivar a elaboração de projectos de intervenção no espaço rural no âmbito do turismo rural, criação de microempresas e de serviços de apoio à população rural	DSATAR/EPDTR
II.6	Promover e acompanhar iniciativas promotoras da diversificação de actividades, de criação de emprego e de igualdade de oportunidades em meio rural	DSATAR/EPDTR

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento								
OO 1	Candidatar a Programas Comunitários e Nacionais							II.1 / II.2 II.3 II.4 / II.5 / II.6	
Indicador 1	N.º de candidaturas apresentadas	Peso:	2	S	>2				
		A		2					
		NA		<2					
Iniciativas / Acções	Apresentação de candidaturas aos programas Nacionais e Comunitários								
Justificação dos Desvios									
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências								
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2 / II.3 II.4 / II.5 / II.6	
Indicador 1	% de acções executadas relativamente às acções aprovadas e aceites em Programas Comunitários ou Nacionais	Peso: 20%	60%	S	>70%				
				A	[50-70%]				
				NA	<50%				
Indicador 2	Valor médio da classificação atribuída na avaliação de reacção efectuada pelos formandos	Peso: 20%	2,5	S	>3				
				A	[2-3]				
				NA	<2				
Indicador 3	N.º de colaboradores da DSATAR que participaram em parcerias	Peso: 20%	20%	S	>25%				
				A	[15-25%]				
				NA	<15%				
Indicador 4	N.º de colaboradores da DSATAR que participaram em acções de formação	Peso: 20%	20%	S	>25%				
				A	[15-25%]				
				NA	<15%				

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 5	Apresentação do Plano de Formação para o ano de 2012	Peso:	30-Out	S	>15-Out			
		A		[15-Out – 15-Nov]				
		NA		<15-Nov				
Iniciativas / Acções	Realização da formação e acompanhamento da intervenção formativa							
	Avaliação da intervenção formativa em diferentes níveis, quanto a processos e resultados							
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em parcerias no âmbito de projectos aprovados pela direcção							
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em acções de formação							
	Levantamento e diagnóstico de necessidades de formação e concepção da intervenção formativa do ano de 2012							
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção							II.1 / II.2 / II.3 II.5 / II.6
Indicador 1	N.º de reuniões técnicas/fóruns	Peso:	2	S	>3			
		A		[1-3]				
		NA		<1				
Indicador 2	N.º de reuniões técnicas realizadas no âmbito do SAA	Peso:	2	S	>3			
		A		[1-3]				
		NA		<1				
Iniciativas / Acções	Organização e promoção de reuniões técnicas ou fóruns de discussão de temáticas de interesse para o desenvolvimento rural							
	Organização e promoção de reuniões técnicas de discussão de intercâmbio de conhecimento com as entidades que prestam serviços de aconselhamento agrícola a agricultores							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Consolidar a legislação relativa à formação profissional nas áreas de competência do MADRP, com vista ao seu reconhecimento.							II.3
Indicador 1	Propostas de Normativos de Regulamentação de Formação Profissional no âmbito do MADRP	Peso:	2	S	>2			
		A		2				
		NA		<2				
Indicador 2	Emissão de pareceres de processos entrados até ao final de Outubro, correctamente instruídos, sobre reconhecimento / homologação de: entidades; cursos; acções; certificados	Peso:	80%	S	>90%			
		A		[70-90%]				
		NA		<70%				
Iniciativas / Acções	Elaboração de propostas de normativos de regulamentação de formação profissional no âmbito do MADRP							
	Análise para verificação de cumprimento de requisitos legais e emissão de parecer							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 3	Promover a qualificação profissional do sector agrícola							II.3
Indicador 1	Prazo para a execução do contratualizado com ANQ referente à iniciativa 1	Peso: 50%	30 dias	S	<28			
				A	30			
				NA	>30			
Indicador 2	Prazo para a execução do contratado com ANQ da iniciativa 2	Peso: 50%	90 dias	S	<86			
				A	90			
				NA	>90			
Iniciativas / Acções	Reformulação do perfil profissional de Técnico de Produção Agrária em articulação com a ANQ, para integração no CNQ							
	Concepção de instrumentos no âmbito do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais do perfil de Operador Pecuário							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Assegurar a realização de acções de formação aos clientes da DGADR							II.3
Indicador 1	Prazo para levantamento de necessidades de formação externas no âmbito das competências da DGADR	Peso: 30%	31-Jul	S	<15-Jul			
				A	[15-Jul – 15-Ago]			
				NA	>15-Ago			
Indicador 2	Prazo de apresentação do Plano de Formação externa de 2012	Peso: 40%	30-Nov	S	<15-Nov			
				A	[15-Nov – 15-Dez]			
				NA	>15-Dez			
Indicador 3	N.º de acções realizadas em 2011, destinadas aos clientes da DGADR, relativamente às acções aprovadas e aceites	Peso: 30%	60%	S	>70%			
				A	[50-70%]			
				NA	<50%			
Iniciativas / Acções	Identificação de necessidades de formação externas no âmbito da DGADR							
	Concepção do plano de formação Externa para 2012							
	Preparação, Execução e avaliação de acções de formação							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada							
OO 1	Assegurar a actualização das bases de dados centralizadas na DSATAR							II.2 / II.4 II.5 / II.6
Indicador 1	Tempo médio de actualização da base de dados do artesanato	Peso: 25%	10 dias úteis	S	<8			
				A	[8-12]			
				NA	>12			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
Indicador 2	Tempo médio de actualização da base de dados sobre turismo rural	Peso: 25%	10 dias úteis	S	<8				
				A	[8-12]				
				NA	>12				
Indicador 3	Tempo médio de actualização da base de dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola	Peso: 25%	10 dias úteis	S	<8				
				A	[8-12]				
				NA	>12				
Indicador 4	Tempo médio de actualização da base de dados do Associativismo Agrícola	Peso: 25%	10 dias úteis	S	<8				
				A	[8-12]				
				NA	>12				
Iniciativas / Acções	Actualização da Base de Dados do Artesanato								
	Dinamização da Base de Dados sobre o Turismo Rural								
	Actualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola								
	Actualização da Base de Dados do Associativismo Agrícola								
Justificação dos Desvios									
OO 2	Estruturar a base de dados de apoio ao Banco de Terras							II.2	
Indicador 1	Data de apresentação da definição da estrutura e conteúdos	Peso: 70%	30-Abr	S	<1-Abr				
				A	[1-Abr – 31-Mai]				
				NA	>31-Mai				
Indicador 2	Data de conclusão do preenchimento dos campos considerados principais	Peso: 30%	15-Dez	S	<1-Dez				
				A	[1-31 Dez]				
				NA	>31-Dez				
Iniciativas / Acções	Elaboração da estrutura da base de dados de apoio ao Banco de Terras								
	Preenchimento dos campos considerados principais								
Justificação dos Desvios									
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente								
OO 1	Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais							II.1 / II.2 II.5 / II.6	
Indicador 1	Nº de consultas efectuadas pelos clientes	Peso: 50%	250	S	>300				
				A	[200-300]				
				NA	<200				
Indicador 2	Data de disponibilização da lista de técnicos reconhecidos em PI, PRODI e MPB autorizada	Peso: 50%	15-Out	S	>1-Ago				
				A	31-Out				
				NA	<31-Dez				
Iniciativas /	Manter Actualizado o “Guia de apoio à criação de microempresas”								

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Ações	Divulgar o reconhecimento dos técnicos que promovam práticas de produção sustentável junto dos agricultores							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversificação de actividades para a revitalização económica das zonas rurais							II.5 / II.6
Indicador 1	N.º de grupos de trabalho / projectos	Peso:	2	S	>2			
		40%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Prazo de resposta à análise das candidaturas de TER	Peso:	10 dias úteis	S	<7			
		30%		A	[7-13]			
		NA		>13				
Indicador 3	Prazo de resposta à análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal	Peso:	10 dias úteis	S	<7			
		30%		A	[7-13]			
		NA		>13				
Iniciativas / Ações	Integrar/promover grupos de trabalho temáticos / projectos com vista ao desenvolvimento sustentado dos territórios rurais							
	Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres							
	Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Acompanhar o Regime de emparcelamento rural							II.1
Indicador 1	Tempo de resposta aos pedidos de emissão de autos dos novos prédios resultantes da remodelação predial (emparcelamento integral) de processos totalmente instruídos.	Peso:	9 dias úteis	S	<8			
		60%		A	[8-10]			
		NA		>10				
Indicador 2	Tempo de resposta aos pedidos de declaração de emparcelamento "não-integral"	Peso:	9 dias úteis	S	<8			
		40%		A	[8-10]			
		NA		>10				
Iniciativas / Ações	Dinamizar o encerramento do emparcelamento integral executado							
	Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas da DGADR no âmbito do emparcelamento "não-integral"							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Integrar parcerias em projectos de cooperação transnacionais							II.1 / II.2 II.5 / II.6
Indicador 1	% de tarefas realizadas face às projectadas projecto FACTS!	Peso:	90%	S	*			
		50%		A	[80-100 %]			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	<80%			
Indicador 2	% de tarefas realizadas face às projectadas projecto "VIAJANDO POR BESANAS"	Peso: 50%	100%	S	*			
				A	[80-100 %]			
				NA	<80%			
Iniciativas / Acções	Participação de acordo com o calendário previsto no projecto FACTS!							
	Participação de acordo com o calendário previsto no projecto "VIAJANDO POR BESANAS"							
	* Desenvolvimento de tarefas não projectadas							

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Candidatar a Programas Comunitários e Nacionais	Registos existentes na DSATAR
Promover a Aquisição de novas competências	
Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção	
Identificar, promover e divulgar actividades com vista à produção de energia renovável nas explorações agrícolas	
Consolidar a legislação relativa à formação profissional nas áreas de competência do MADRP, com vista ao seu reconhecimento	
Promover a qualificação profissional do sector agrícola	
Assegurar a realização de acções de formação aos clientes da DGADR	
Assegurar a realização de acções de formação destinadas aos novos GAL, em parceria com a Federação Minha Terra, e que integram a candidatura ao PRRN	
Assegurar a actualização das bases de dados centralizadas na DSATAR	
Estruturar a base de dados de apoio ao Banco de Terras	
Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais	
Incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversificação de actividades para a revitalização económica das zonas rurais	
Observar os territórios rurais	
Acompanhar o Regime de emparcelamento rural	
Promover a organização e acrescentar competitividade ao Associativismo agrícola e rural	
Integrar parcerias em projectos de cooperação transnacionais	

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSATAR	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	2	32
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
DAEA	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	13	156
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
DFA	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	6	72
	INFORMÁTICA	1	9
	ASSISTENTE TÉCNICO	4	32
EPDTR	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	10	120
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
		44	509

BENS MATERIAIS

	Bens (A adquirir)	Serviços (A adquirir)
DSATAR	Licenças de software WINDOWS	
	1 impressora - copiadora - fax - scanner / preto-branco / rede	
DAEA	1 impressora - scanner a cores de rede	Estudo sobre energias renováveis
DFA	1 impressora - scanner a cores de rede	
EPDTR	1 impressora - scanner a cores de rede	Estudo sobre redes de cooperação
		Estudo sobre boas práticas
		Estudo sobre Inovação

III – HIDRÁULICA E ENGENHARIA AGRO-RURAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A DSHEAR possui as suas competências distribuídas por duas divisões e uma equipa. Possui competências ao nível do desenvolvimento de estudos, projectos, definição de normas e coordenação de empreitadas de estruturas hidráulicas de aproveitamento hidroagrícolas e demais obras associadas à distribuição de água para rega. Assegura ainda a coordenação nacional do gasóleo colorido e o funcionamento da actividade de Mecanização Agrária.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
III	Coordenação das áreas de Infra-estruturas Hidráulicas, Engenharia Agro-Rural e Mecanização e Apoio a Projectos	DSHEAR
III.1	Promover/acompanhar Estudos e Projectos de estruturas hidráulicas e controlar a segurança das barragens	DSHEAR/DIH
III.2	Promover/acompanhar Estudos e Projectos de redes de rega, drenagem e caminhos (novos ou de reabilitação/modernização)	DSHEAR/DIH/EMAP
III.3	Promover os trabalhos topográficos e a recolha e preparação de elementos cartográficos e cadastrais	DSHEAR/DIH/DEAR
III.4	Coordenar os trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direcção-Geral e assegurar a respectiva fiscalização	DSHEAR/DEAR
III.5	Promover a execução das acções de expropriação e indemnização decorrentes das obras de responsabilidade da Direcção-Geral	DSHEAR/DEAR
III.6	Assegurar a coordenação nacional do gasóleo colorido e marcado	DSHEAR/EMAP
III.7	Proceder à homologação de tractores e realizar estudos sobre máquinas agrícolas e florestais	DSHEAR/EMAP

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências								
OO 1	Assegurar a formação de trabalhadores da Direcção de Serviços							III	
Indicador 1	Nº de Trabalhadores	Peso:	3	S	>3				
		100%		A	3				
				NA	<3				
Iniciativas / Acções	Participar em curso sobre o "Código dos Contratos Públicos" (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro)								
	Participar em cursos sobre "Segurança de Barragens"								
Justificação dos Desvios									
OE	Reduzir os circuitos processuais								

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OO 1	Melhorar o circuito de documentos e informação							III	
Indicador 1	% de utilizadores / N.º de trabalhadores	Peso:	50%	S	>55%				
		35%		A	[45-55%]				
				NA	<45%				
Indicador 2	N.º de dias após conhecimento da informação	Peso:	4	S	<3				
		30%		A	[3-5]				
				NA	>5				
Indicador 3	N.º de novos materiais constantes do Plano Anual	Peso:	2	S	>2				
		35%		A	2				
				NA	<2				
Iniciativas / Acções	Assegurar a actualização da informação referente aos concursos públicos no sítio da DGADR								
	Disponibilizar informação via Internet no Portal ForMaAgri								
Justificação dos Desvios									
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais								
OO 1	Aumentar a área de regadio colectivo público							III.3 / III.4 III.5	
Indicador 1	Nº de hectares de regadio equipados	Peso:	4528	S	>5659				
		100%		A	[3397-5659]				
				NA	<3397				
Iniciativas / Acções	Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos								
	Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos								
	Assegurar o acompanhamento e assistência técnica								
	Garantir o controlo financeiro das empreitadas								
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação								
Justificação dos Desvios									
OO 2	Acompanhar os projectos do EFMA, promovidos pela EDIA							III.1	
Indicador 1	N.º de dias para elaboração de parecer técnico aos documentos produzidos	Peso:	33	S	<30				
		75%		A	[30-35]				
				NA	>35				
Indicador 2	N.º de dias para elaboração de parecer técnico para aprovação superior	Peso:	22	S	<20				
		25%		A	[20-24]				
				NA	>24				

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Iniciativas / Acções	Acompanhamento técnico dos Projectos de execução em desenvolvimento ou a serem lançados								
	Assegurar o suporte à aprovação dos perímetros hidroagrícolas por parte do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito do estabelecido na legislação de fomento hidroagrícola								
Justificação dos Desvios									
OO 3	Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias							III.1	
Indicador 1	N.º de vistorias	Peso:	3 unidades	S	>3/Un				
		40%		A	3/Un				
		NA		<3/Un					
Indicador 2	Nº de dias para proposta de medidas correctivas	Peso:	10 dias úteis	S	<8				
		60%		A	[8-12]				
		NA		>12					
Iniciativas / Acções	Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das CH e EE tuteladas pela DGADR								
	Promover acções de manutenção correctiva								
Justificação dos Desvios									
OO 4	Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efectuadas as diversas obras							III.5	
Indicador 1	N.º de acordos	Peso:	10	S	>10				
		30%		A	10				
		NA		<10					
Indicador 2	N.º de indemnizações	Peso:	50	S	>50				
		30%		A	50				
		NA		<50					
Indicador 3	N.º de processos instruídos e N.º de expropriações	Peso:	2	S	>2				
		40%		A	2				
		NA		<2					
Iniciativas / Acções	Celebrar acordos com os proprietários ou rendeiros								
	Desenvolver o processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros								
	Realizar expropriações								
Justificação dos Desvios									
OO 5	Assegurar o funcionamento de toda a actividade de Mecanização Agrária							III.7	
Indicador 1	N.º de aprovações de novos modelos de tractores	Peso:	900	S	>1000				
		30%		A	[800-1000]				

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	<800			
Indicador 2	N.º de tractores inspeccionados/ ensaiados	Peso:	55	S	>60			
		30%		A	[50-60]			
		NA		<50				
Indicador 3	% de normas inscritas no Plano Anual	Peso:	90%	S	>99%			
		20%		A	[80-99%]			
		NA		<80%				
Indicador 4	% de participação no apoio à actividade de implementação das inspecções periódicas a pulverizadores	Peso:	90%	S	>99%			
		20%		A	[80-99%]			
		NA		<80%				
Iniciativas / Acções	Aprovar novos modelos de tractores agrícolas e florestais de rodas tendo em vista a sua homologação no âmbito do protocolo com o IMTT (ex-DGV)							
	Proceder à inspecção/ensaio de tractores agrícolas usados importados para atribuição de matrícula							
	Assegurar o cumprimento do normativo europeu, elaborando as versões nacionais de normas europeias							
	Apoiar o sistema de inspecções periódicas de pulverizadores							
Justificação dos Desvios								
OO 6	Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores							III.6
Indicador 1	N.º de cartões de abastecimento emitidos	Peso:	4000	S	>5000			
		20%		A	[3000-5000]			
		NA		<3000				
Indicador 2	N.º de relações discriminadas das transacções registadas nos terminais POS	Peso:	275	S	>299			
		12%		A	[250-299]			
		NA		<250				
Indicador 3	N.º de relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão	Peso:	85	S	>9			
		12%		A	[80-99]			
		NA		<80				
Indicador 4	N.º de relatórios de controlos de consumos anómalos	Peso:	225	S	>249			
		12%		A	[200-249]			
		NA		<200				
Indicador 6	Prazo de disponibilização das estatísticas no sítio da DGADR - Continente	Peso:	53 dias	S	<46			
		12%		A	[46-60]			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	>60			
Indicador 7	N.º de quadros elaborados e enviados ao INE de volumes de combustível	Peso: 12%	4	S	>4			
				A	4			
				NA	<4			
Indicador 8	N.º de quadros elaborados e enviados à Alfândega de Ponta Delgada	Peso: 10%	12	S	>12			
				A	12			
				NA	<12			
Indicador 9	N.º de listagens enviadas à DGAIEC	Peso: 10%	12	S	>12			
				A	12			
				NA	<12			
Iniciativas / Acções	Assegurar a gestão do sistema de cartões nos abastecimentos de gasóleo colorido e marcado no continente e com benefício fiscal nos Açores							
	Colaborar com a DGAIEC e com as Alfândegas e Delegações Aduaneiras nas acções de controlo aos postos de abastecimento							
	Controlar os consumos, registados nos sectores agrícolas e florestal em colaboração com as DRAP's							
	Proceder ao tratamento de dados estatísticos relativos aos consumos de gasóleo							
	Fornecer trimestralmente ao INE os volumes de gasóleo gastos no continente e nos Açores							
	Disponibilização mensal à Alfândega de Ponta Delgada da relação dos abastecimentos de gasóleo com benefício fiscal, discriminados por ilha, por companhia distribuidora e por actividade							
	Fornecer mensalmente à DGAIEC o volume total de gasóleo colorido e marcado consumido no continente, discriminado por companhia distribuidora e actividade.							
Justificação dos Desvios								
OO 7	Participar em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais							III.1 / III.7
Indicador 1	Prazo para apresentação do relatório anual sobre normalização	Peso: 15%	5 dias úteis	S	<4			
				A	[4-5]			
				NA	>5			
Indicador 2	Prazo de elaboração das actas das reuniões da CCMA	Peso: 15%	4 semanas	S	<3			
				A	[3-5]			
				NA	>5			
Indicador 3	Resultado qualitativo da auditoria anual realizada pelo IPQ (manutenção do estatuto)	Peso: 10%	Favorável	S	Muito favorável			
				A	Favorável			
				NA	Não favorável			
Indicador 4	N.º de dias para elaboração de pareceres a serem incorporados nas DIA's	Peso: 15%	19 dias úteis	S	<16			
				A	[16-22]			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	>22			
Indicador 5	% de Participações em reuniões da Comissão de Segurança de Barragens	Peso: 15%	90%	S	>99%			
				A	[80-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 6	% de Participações em reuniões das Comissões de Revisão do PDM	Peso: 15%	90%	S	>99%			
				A	[80-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 7	% de Participações em conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional da Água e Convenção de Albufeiras (rios internacionais)	Peso: 15%	90%	S	>99%			
				A	[80-99%]			
				NA	<80%			
Iniciativas / Acções	Acompanhar a actividade de normalização europeia e internacional de tractores e máquinas agrícolas							
	Apoiar a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária							
	Manter o estatuto de Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a área dos tractores agrícolas, no âmbito do protocolo de cooperação com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)							
	Participar na Comissão de Ambiente, promovida pela Agência de Ambiente para avaliar EIA's de projectos na vertente do regadio							
	Participar nas Comissões no âmbito da Segurança de Barragens							
	Participar nas Comissões de Revisão de PDM's							
	Participar nos Conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional de Água e Convenção de Albufeira (rios internacionais)							
Justificação dos Desvios								
OO 8	Acompanhar o programa PRODER							III / III.1 / III.2 III.4
Indicador 1	Nº de projectos Novos Regadios	Peso: 50%	2	S	>2			
				A	2			
				NA	<2			
Indicador 2	Nº de projectos para Segurança de Barragens	Peso: 30%	2	S	>2			
				A	2			
				NA	<2			
Indicador 4	Nº de Projectos de Centrais Hidroeléctricas	Peso: 20%	1	S	>1			
				A	1			
				NA	<1			
Iniciativas / Acções	Assegurar o acompanhamento e execução dos projectos de financiamento à medida 1.6.1							

OBJECTIVOS		META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Assegurar o acompanhamento e execução dos projectos de financiamento à medida 1.6.3					
Justificação dos Desvios						

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Assegurar a formação de trabalhadores da Direcção de Serviços	Documentos de Inscrição
Melhorar o circuito de documentos e informação	Inquéritos/Formulários
Aumentar a área de regadio colectivo público	Autos de Medição
Acompanhar os projectos do EFMA, promovidos pela EDIA	Pareceres/Aprovações Ministeriais
Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias	Facturas de Energia
Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efectuadas as diversas obras	Controlo Financeiro
Assegurar o funcionamento de toda a actividade de Mecanização Agrária	Relatórios
Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores	Listagens
Participar em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais	Actas
Acompanhar o programa PRODER	Balancetes dos Projectos de Financiamento

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSHEAR	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
DIH	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	17	204
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
DEAR	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	13	156
	ASSISTENTE TÉCNICO	10	80
	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
EMAP	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	14	168
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
		65	722

BENS MATERIAIS

	Bens (A adquirir)	Serviços (A adquirir)
DSHEAR	1 scanner	
	1 computador	
DIH	1 scanner	
	1 impressora	
	4 computadores	
DEAR	2 computadores	
EMAP	1 scanner	
	2 computadores	

IV – REGADIO E RECURSOS NATURAIS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direcção de Serviços de Regadio e Recursos Naturais dispõe de duas unidades flexíveis.

A Divisão de Planeamento do Regadio e Solos tem como competências:

- ✦ Promover os estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios;
- ✦ Elaborar e acompanhar os estudos agro-sócio-económicos integrados em projectos de âmbito hidroagrícola;
- ✦ Acompanhar as candidaturas da iniciativa da DGADR, no âmbito dos fundos comunitários;
- ✦ Avaliar e emitir pareceres sobre projectos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e acompanhamento e promoção de medidas de minimização e compensação dos EIA's e de programas de gestão ambiental;
- ✦ Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território;
- ✦ Dar apoio técnico-administrativo e participar nos órgãos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA) e Comissões Regionais;
- ✦ Promover e acompanhar a elaboração das cartas de solos e estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas nos projectos hidroagrícolas;
- ✦ Assegurar a gestão do património rústico a cargo da DGADR e do património afecto à colonização interna e baldios reservados;
- ✦ Planear e acompanhar a execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente.

A Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água tem como competências:

- ✦ Promover a transferência e apoiar a gestão dos AH's para as entidades concessionárias, elaborando as propostas dos contratos de concessão, bem como promover a entrega de obras às DRAP's para proceder à sua transferência para as entidades gestoras;
- ✦ Promover a articulação e o apoio às pessoas colectivas públicas e privadas concessionárias das obras de AH e assegurar as ligações com outras entidades intervenientes nos aproveitamentos de fins múltiplos com componente hidroagrícola;
- ✦ Promover, em colaboração com as entidades competentes, a realização de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos susceptíveis de utilização na agricultura;
- ✦ Assegurar a recolha das variáveis meteorológicas da rede do MADRP tendo em vista o estudo e a avaliação das necessidades hídricas das diferentes culturas e implementação de um sistema de avisos de rega;
- ✦ Promover, em colaboração com as direcções regionais de agricultura e pescas, a correcta utilização dos correctivos orgânicos na agricultura e coordenar a implementação da directiva "Nitratos de origem agrícola";
- ✦ Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correcção;

- ✦ Apoiar a concepção e a execução de projectos de captação de águas subterrâneas, procedendo ao acompanhamento da sua exploração, assim como à avaliação do estado de conservação das mesmas;
- ✦ Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, de ortofotografia e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas;
- ✦ Assegurar a elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR e participar no Conselho Coordenador de Cartografia;
- ✦ Colaborar com a entidade que tutela as operações de cadastro geométrico da propriedade na elaboração das cartas cadastrais das zonas de emparcelamento e de beneficiação hidroagrícola.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
IV	Coordenação das áreas de Planeamento do Regadio e de Solos e da Qualidade da Água	DSRRN
IV.1	Planeamento do Regadio/Plano Nacional de Regadios	DSRRN/DPRS
IV.2	Agro-Sócio-Economia	DSRRN/DPRS
IV.3	Ambiente e Ordenamento	DSRRN/DPRS
IV.4	Solos e RAN	DSRRN/DPRS
IV.5	Apoio à Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	DSRRN/DGRQA
IV.6	Sustentabilidade dos Recursos Naturais	DSRRN/DGRQA
IV.7	Coordenação da produção, estruturação, organização e divulgação de cartografia temática em formato analógico e digital	DSRRN/DGRQA
IV.8	Hidrologia e Meteorologia e acompanhar e supervisionar tecnicamente os trabalhos de conservação e reabilitação das captações de águas subterrâneas	DSRRN/DGRQA

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Optimizar a gestão financeira							
OO 1	Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo							IV.3
Indicador 1	Extracção da cortiça até 31 de Agosto	Peso:	15-Ago	S	<31 Jul			
		A		1 a 15 Ago				
		NA		>15 Ago				
Iniciativas / Acções		Tiragem de cortiça da Herdade da Ribeira Abaixo						
Justificação dos Desvios								
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Informatizar a RAN							IV.4
Indicador 1	Prazo para operacionalização de um sistema de gestão desmaterializada	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
		100%		A	[1-31 Dez]			
				NA	>31-Dez			
Iniciativas / Acções	Implementar o sistema informático da RAN para a sua gestão desmaterializada na DGADR							
Justificação dos Desvios								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Gerir o Património afecto à Colonização Interna e Baldios Reservados							IV.3
Indicador 1	N.º de alvarás emitidos, 2ªs vias e cancelamento de ónus	Peso:	10	S	>10			
		50%		A	10			
				NA	<10			
Indicador 2	Pareceres emitidos no tocante ao Património / Colonização Interna	Peso:	5	S	>5			
		50%		A	5			
				NA	<5			
Iniciativas / Acções	Emissão de alvarás de propriedade definitiva, 2ªs vias e cancelamento de ónus							
	Emissão de pareceres no tocante ao Património em gestão pela DGADR, colónias agrícolas e baldios							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Assegurar o planeamento do regadio e a promoção do Plano Nacional de Regadios							IV.1
Indicador 1	Prazo para emissão do relatório dos Regadios Tradicionais	Peso:	15-Jul	S	<1-Jul			
		15%		A	[1-31 Jul]			
				NA	>31-Jul			
Indicador 2	Disponibilização on-line do SIR - Sistema de Informação do Regadio	Peso:	15-Out	S	<1-Out			
		50%		A	[1-31 Out]			
				NA	>31-Out			
Indicador 3	Compilação da informação de base de um Plano de Regadios Públicos	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			
		35%		A	[1-31 Dez]			
				NA	>31-Dez			
Iniciativas / Acções	Produção de relatórios sobre regadios tradicionais							
	Disponibilização on-line e publicação do SIR (Sistema de Informação do Regadio) sobre os regadios em exploração e os regadios potenciais de iniciativa estatal, no âmbito do Plano Nacional de Regadios							
	Compilação da informação de base do Plano de Regadios Públicos							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Assegurar a análise da componente agro-sócio-económica dos projectos de regadio							IV.2

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	N.º de estudos acompanhados	Peso:	2	S	>2			
		50%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 2	N.º de EIA's analisados	Peso:	5	S	>5			
		50%		A	5			
				NA	<5			
Iniciativas / Acções	Acompanhamento de estudos de viabilidade agro-económica e ambiental, associados a novos projectos de rega no âmbito do EFMA							
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Acompanhar as candidaturas na tramitação processual e no acompanhamento aos fundos comunitários na área do regadio							IV.1
Indicador 1	N.º de pontos de situação elaborados	Peso:	3	S	>3			
		50%		A	3			
				NA	<3			
Indicador 2	Relatórios de acompanhamento material e financeiro	Peso:	3	S	>3			
		50%		A	3			
				NA	<3			
Iniciativas / Acções	Assegurar a coordenação da tramitação processual e do acompanhamento das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER							
	Assegurar a contrapartida ao controlo administrativo às candidaturas PRODER							
	Coordenar a resposta da DGADR no âmbito das consultas e alterações legislativas/revisão do PRODER							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Compatibilizar os interesses do sector agrícola com outros interesses sectoriais em processos de AIA de infra-estruturas de interesse público e privado e obras hidroagrícolas							IV.3
Indicador 1	N.º de EIA's ou RECAPE acompanhados	Peso:	7	S	>7			
		30%		A	7			
				NA	<7			
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	50	S	>50			
		70%		A	50			
				NA	<50			
Iniciativas / Acções	Acompanhamento dos EIA's ou RECAPE dos projectos do EFMA							
	Acompanhamento de EIA's de projectos de regadio ou outros da responsabilidade da DGADR							
	Apoio no acompanhamento de EIA's de projectos na área do regadio da responsabilidade das DRAP's							

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Análise e emissão de pareceres de outros EIA's, em sede de infra-estruturas de utilidade pública							
Justificação dos Desvios								
OO 5	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área do ambiente e dos recursos naturais							IV.3
Indicador 1	N.º de pareceres emitidos para a CNREN (por solicitação)	Peso:	5	S	>5			
		20%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	N.º de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	15	S	>15			
		40%		A	15			
				NA	<15			
Indicador 3	N.º de estudos acompanhados	Peso:	6	S	>6			
		40%		A	6			
				NA	<6			
Iniciativas / Acções	Representação do MADRP na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, como vogal efectivo							
	Assegurar a participação da DGADR na elaboração dos balanços anuais sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais em Portugal							
	Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)							
	Participação na realização e/ou acompanhamento de estudos estratégicos na área do consumo da água e regadio							
	Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)							
	Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação							
	Participação da DGADR na área da Directiva Quadro para a protecção do solo							
	Representação da DGADR no Projecto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Acção de Ambiente e Saúde							
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Olival							
	Representação na Comissão Nacional para as Zonas Húmidas (CNZH)							
	Representação da DGADR no GT para a avaliação do impacto da plantação de espécies florestais em solos da RAN							
	Participação no GT para as alterações climáticas							
	Participação na comissão de acompanhamento do plano sectorial da Rede Natura 2000							
	Participação no GT para a política nacional de arquitectura e paisagem							
Participação no GT para a nova lei de solos								
Justificação dos Desvios								
OO 6	Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território							IV.3
Indicador 1	N.º de planos analisados	Peso:	20	S	>20			
		50%		A	20			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	<20			
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	40	S	>40			
		30%		A	40			
		NA		<40				
Indicador 3	Prazo para realização do workshop – Acção de divulgação do manual de apoio aos técnicos do MADRP, no âmbito dos PDM's	Peso:	15-Out	S	<1-Out			
		20%		A	[1-31 Out]			
		NA		>31-Out				
Iniciativas / Acções	Acompanhamento da elaboração e/ou alteração de planos de ordenamento (PEOT, PMOT e PROT), pela integração nas Comissões de Acompanhamento (CA)							
	Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)							
	Representação da DGADR na CA da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, garantindo a integração do Programa Sectorial Agrícola do A.H. do Mira							
	Realização do workshop para apresentação do manual do Grupo de Trabalho dos PDM'S							
	Análise de projectos de diplomas legais por solicitação de S. Ex.ª o MADRP/SEDRF na área do ordenamento do território							
	Análise de Planos de Pormenor, Planos de Urbanizações e construções em espaço rural, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)							
Justificação dos Desvios								
OO 7	Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa							IV.4
Indicador 1	N.º de pareceres emitidos	Peso:	10	S	>10			
		60%		A	10			
		NA		<10				
Indicador 2	N.º de relatórios produzidos	Peso:	5	S	>5			
		30%		A	5			
		NA		<5				
Indicador 3	N.º de cartas de capacidade de uso revistas	Peso:	10	S	>10			
		10%		A	10			
		NA		<10				
Iniciativas / Acções	Análise do descritor solo, no âmbito dos EIA's dos Blocos de Rega do EFMA							
	Emissão de pareceres na área dos solos, no âmbito de infra-estruturas em espaço rural							
	Levantamento das principais classes de solos nos regadios em exploração e potenciais e realização de estudos de solos no âmbito das candidaturas PRODER							
	Acompanhamento e revisão da conversão em digital de cartas de capacidade de uso							
	Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000) e efectuar a revisão final das ligações entre as cartas de solos 1:25.000 de Entre Tejo e Douro							
Justificação dos Desvios								
OO 8	Presidir à Entidade Nacional da RAN							IV.4

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	N.º de processos instruídos	Peso:	100	S	>100			
		70%		A	100			
				NA	<100			
Indicador 2	N.º de processos delibera- dos	Peso:	80	S	>80			
		30%		A	80			
				NA	<80			
Iniciativas / Acções	Deliberação sobre recursos relativos aos actos administrativos das Entidades Regionais							
	Apoio técnico, administrativo e jurídico à Entidade Nacional e assegurar a uniformidade de critérios de actuação nas Entidades Regionais							
Justificação dos Desvios								
OO 9	Apoiar a Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas							IV.5
Indicador 1	Prazo de apresentação dos dados estatísticos de 2010	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			
		15%		A	[1-31Dez]			
				NA	31-Dez			
Indicador 2	N.º de processos de inutiliza- ção de solos instruídos e de exclusão instruídos	Peso:	14	S	>14			
		40%		A	14			
				NA	<14			
Indicador 3	N.º de dias para apresenta- ção dos boletins mensais das reservas hídricas das albufeiras	Peso:	6	S	<6			
		10%		A	6			
				NA	>6			
Indicador 4	N.º de minutas de contratos de concessão elaborados	Peso:	5	S	>5			
		35%		A	5			
				NA	<5			
Iniciativas / Acções	Análise da evolução da área regada, nos AH do Grupo II e de outros dados estatísticos da gestão dos AH							
	Análise dos processos de exclusão, inclusão e inutilização de prédios nos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II e III							
	Acompanhamento e elaboração semanal dos boletins das reservas hídricas das albufeiras de fins hidroa- grícolas e sua divulgação no site da DGADR							
	Promover a recepção das infra-estruturas de AH e efectuar a sua transferência para entidades gestoras							
Justificação dos Desvios								
OO 10	Promover com as DRAP a correcta utilização de lamas na agricultura							IV.6
Indicador 1	N.º de esclarecimentos relativo à valorização agrí- cola de lamas	Peso:	5	S	>5			
		60%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	N.º de creditações para	Peso:	3	S	>3			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	técnicos responsáveis em valorização agrícola de lamas	40%		A	3			
				NA	<3			
Iniciativas / Acções	Colaborar em acções de formação, informação e divulgação dos procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas							
	Assegurar o perfil indicado dos técnicos acreditados em valorização agrícola de lamas							
Justificação dos Desvios								
OO 11	Coordenar a nível do MADRP a implementação da directiva "Nitratos"							IV.6
Indicador 1	N.º de acções relativas à implementação da directiva "Nitratos"	Peso:	5	S	>5			
		40%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	Apresentação da proposta do Programa de Acção para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso:	31-Jan	S	<28-Fev			
		20%		A	28-Fev			
				NA	>28-Fev			
Indicador 3	Assegurar a participação do público da proposta do PA para as novas ZV	Peso:	31 Out	S	<31 Out			
		20%		A	31 Out			
				NA	>31 Out			
Indicador 4	Proposta de elaboração do relatório resultante da consulta pública	Peso:	31 Dez	S	<31 Dez			
		20%		A	31 Dez			
				NA	>31 Dez			
Iniciativas / Acções	Assegurar a participação no grupo da condicionalidade, nas acções de divulgação, no acompanhamento da sua implementação com as DRAP							
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97							
	Assegurar o cumprimento do DEC-Lei nº 232/2007, de 11 de Junho							
	Dar cumprimento à Directiva2003/35/CE, de 26 de Maio (Participação do Público)							
Justificação dos Desvios								
OO 12	Coordenar a elaboração e venda de cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital							IV.7
Indicador 1	N.º de Cartas de Solos e Capacidade de Uso Digitalizadas	Peso:	5	S	>5			
		50%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	N.º de cartas de Solos e de Capacidade de Uso Vendidas	Peso:	200	S	>200			
		25%		A	200			
				NA	<200			
Indicador 3	N.º de cartas cedidas	Peso:	50	S	>50			
		25%		A	50			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	<50			
Iniciativas / Acções	Conversão analógico-digital de cartas temáticas							
	Comercialização de Cartas de Solos e de Capacidade de Uso à escala 1:25.000, em formato digital							
	Comercialização e cedência de informação cartográfica da DGADR em formato digital							
Justificação dos Desvios								
OO 13	Coordenar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico							IV.7
Indicador 1	N.º de cartas comercializadas	Peso:	500	S	>500			
		30%		A	500			
				NA	<500			
Indicador 2	N.º de cartas elaboradas em papel vegetal	Peso:	5	S	>5			
		70%		A	5			
				NA	<5			
Iniciativas / Acções	Foto restituição de cartas de solos em pantógrafo óptico							
	Desenho manual das cartas de solos foto restituídas e introdução de siglas							
	Comercialização de Cartas de solos e de capacidade de uso à escala 1:25.000							
	Cedência de informação cartográfica para instrução de processos da CRRAN							
	Elaboração de cartas e papel vegetal de capacidade de uso de solos à escala 1:100.000							
Justificação dos Desvios								
OO 14	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais							IV.6
Indicador 1	N.º de reuniões nacionais e internacionais	Peso:	10	S	>10			
		20%		A	10			
				NA	<10			
Indicador 2	N.º de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	14	S	>14			
		40%		A	14			
				NA	<14			
Indicador 3	N.º de documentos analisados	Peso:	8	S	>8			
		40%		A	8			
				NA	<8			
Iniciativas / Acções	Representação do MADRP no Comité Nitratos							
	Representação da DGADR nos Conselhos das Regiões Hidrográficas das ARH							
	Representação da DGADR no Conselho Coordenador de Cartografia							
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre Regime de Caudais, Secas e Situações de							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Emergência							
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre o Regime de Exercício da Actividade Pecuária							
	Participação na CTA da revisão dos PDM's							
	Colaboração na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, PP e PU							
	Representação da DGADR na Comissão Sectorial para a Água (CS/04) do Conselho Nacional de Qualidade							
	Representação da DGADR como entidade certificadora dos investimentos relacionados com a Acção 7.1 da EN para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas.							
Justificação dos Desvios								
OO 15	Implementar os procedimentos no quadro da directiva INSPIRE							IV.7
Indicador 1	N.º de fichas de metadados elaborados	Peso:	50	S	>30			
		50%		A	30			
		NA		<30				
Indicador 2	N.º de temas abordados	Peso:	2	S	>2			
		50%		A	2			
		NA		<2				
Iniciativas / Acções	Estruturação da organização da informação relacionada com os procedimentos da iniciativa INSPIRE no âmbito do anexo III							
	Implementação da infra-estrutura de metadados, de acordo com a directiva INSPIRE							
Justificação dos Desvios								
OO 16	Avaliar os recursos hídricos superficiais para rega							IV.8
Indicador 1	Taxa de Projectos analisados / Projectos solicitados	Peso:	90%	S	<90%			
		50%		A	90%			
		NA		<90%				
Indicador 2	N.º de dias após a recepção das candidaturas para elaboração de parecer no âmbito da Acção 7.1 – da EN para os PO de OPFPH	Peso:	5	S	<5			
		50%		A	5			
		NA		>5				
Iniciativas / Acções	Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos superficiais							
	Emissão de pareceres no âmbito da acção 7.1 - Poupança de água através da reconversão ou modernização de sistemas de rega.							
Justificação dos Desvios								
OO 17	Avaliar as necessidades de água para rega							IV.8
Indicador 1	N.º de dias após a recepção dos dados meteorológicos	Peso:	6	S	<6			
		40%		A	6			
		NA		>6				

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 2	Prazo de apresentação do projecto de modelo de relatório de divulgação	Peso:	30-Dez	S	<30-Dez			
		60%		A	30-Dez			
				NA	>30-Dez			
Iniciativas / Acções	Acompanhamento decendial das necessidades hídrica de algumas culturas para divulgação na internet							
	Colaborar na divulgação das necessidades hídricas das culturas tendo em vista a implantação de um sistema de avisos de rega							
Justificação dos Desvios								
OO 18	Promover a Gestão das Associações de Beneficiários nomeadamente Aldeia da Luz, Macedo de Cavaleiros e Junta de Agricultores de Benaciate							IV.5
Indicador 1	Elaboração de contratos para gestão dos perímetros	Peso:	15-Ago	S	<1-Ago			
		60%		A	[1-31 Ago]			
				NA	>31-Ago			
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	Peso:	40	S	>40			
		40%		A	40			
				NA	<40			
Iniciativas / Acções	Apoiar a gestão dos AH							
	Participação na gestão do AH de Macedo de Cavaleiros com a Associação de Beneficiários							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo	Cortiça extraída
Informatizar da RAN	Documentação relativa ao concurso
Gerir o Património afecto à Colonização Interna e Baldios Reservados	Documentos emitidos
Assegurar o planeamento do regadio e a promoção do Plano Nacional de Regadios	Base de dados
Assegurar a análise da componente agro-sócio-económica dos projectos de regadio	Pareceres emitidos e estudos realizados
Acompanhar as candidaturas na tramitação processual e no acompanhamento aos fundos comunitários na área do regadio	Relatórios realizados
Compatibilizar os interesses do sector agrícola com outros interesses sectoriais em processo de AIA de infraestruturas de interesse público e privado e obras hidroagrícolas	Parceres emitidos
Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e comissões na área do ambiente e dos recursos naturais	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa	Pareceres emitidos, relatórios elaborados cartas de capacidade de uso revistas
Presidir à Entidade Nacional da RAN	Parceres emitidos e processos instruídos e deliberados
Apoiar a Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Promover com as DRAP a correcta utilização de lamas na agricultura	Ações realizadas
Coordenar a nível do MADRP a implementação da directiva "Nitratos"	Estudos realizados
Coordenar a elaboração e venda de cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital	N.º de cartas
Coordenar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico	N.º de cartas
Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Implementar os procedimentos no quadro da directiva INSPIRE	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Avaliar os recursos hídricos superficiais para rega	Parceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Avaliar as necessidades de água para rega	Relatórios realizados
Promover a gestão das Associações de Beneficiários nomeadamente Aldeia da Luz, Macedo de Cavaleiros e Junta de Agricultores de Benaciate	Contratos de prestação de serviços e pareceres

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSRRN	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
DPRS	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	19	228
	ASSISTENTE TÉCNICO	3	24
DGRQA	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	12	144
	ASSISTENTE TÉCNICO	7	56
	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
		46	513

V – PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E SANIDADE VEGETAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Homologação dos produtos fitofarmacêuticos e de produtos biocidas preservadores de madeira no território nacional, tendo por base a avaliação comunitária das substâncias activas e a avaliação do comportamento biológico, da exposição do aplicador, técnicas de aplicação e impacte nos ecossistemas agrícolas a nível nacional para definição das boas práticas agrícolas dos produtos e garantir a segurança para o consumidor, aplicador e ambiente.

Contribuir para a redução do risco dos produtos fitofarmacêuticos através de implementação de medidas no âmbito de um uso sustentado em todas as actividades, incluindo a distribuição, armazenamento, venda e sua aplicação e favorecer a implementação de modos de produção agrícolas com menor dependência do uso de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente agricultura biológica e produção integrada e assegurar a generalização no País do aconselhamento técnico relativo à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
V	Coordenação das áreas de Homologação e Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade dos Produtos Fitofarmacêuticos e de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal	DSPFSV
V.1	Promover e implementar actividades técnicas e administrativas relativas à colocação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) no mercado nacional e controlo do seu uso, decorrentes da legislação em vigor	DSPFSV/DHATEAIPF
V.2	Assegurar a ligação, no âmbito da legislação comunitária e nacional relativa à colocação de PF e PPM no mercado, com as Autoridades competentes dos Estados Membros, instituições nacionais e comunitárias	DSPFSV/DHATEAIPF
V.3	Preparar e/ou promover a elaboração de legislação nacional e comunitária relativa a PF e PM	DSPFSV/DHATEAIPF
V.4	Promover e implementar o controlo físico e químico de PF e PM e coordenar o programa nacional de controlo de resíduos de pesticidas de origem vegetal	DSPFSV/DHATEAIPF
V.5	Promover e coordenar a avaliação da eficácia, em sentido lato e estrito, no âmbito da homologação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) com vista à concessão de autorizações de venda desses produtos	DSPFSV/DABSV
V.6	Promover e proceder às actividades de experimentação necessárias para o estudo das características dos produtos fitofarmacêuticos nas áreas do comportamento biológico	DSPFSV/DABSV
V.7	Promover e coordenar as actividades técnicas inerentes à implementação de modos de produção ambientalmente sustentados, nomeadamente modo de produção biológico, protecção e produção integradas	DSPFSV/DABSV

Coordenar e garantir o funcionamento e actualidade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), nomeadamente no estabelecimento de meios de luta e métodos de previsão e evolução de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências								
OO 1	Promover a aquisição de novas competências e actualização de competências já adquiridas							V / V.1 / V.5 V.6 / V.7	
Indicador 1	Taxa de participação em acções de formação/ "coaching" internas	Peso: 25%	90%	S	>90%				
				A	90%				
				NA	<90%				
Indicador 2	Grau de autonomia no desempenho de competências específicas	Peso: 50%	50%	S	>50%				
				A	50%				
				NA	<50%				
Indicador 3	Taxa de participação em acções de formação externas	Peso: 25%	50%	S	>50%				
				A	50%				
				NA	<50%				
Iniciativas / Acções	Identificação das necessidades de formação								
	Identificação de oportunidades de formação e sua divulgação								
	Promoção da participação dos técnicos em acções de formação externas								
	Promoção da participação dos técnicos em acções de formação/"coaching" internas								
Justificação dos Desvios									
OE	Incentivar a utilização das TIC								
OO 1	Desmaterializar os processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos							V / V.1	
Indicador 1	Taxa de participação no projecto de desmaterialização de processos e procedimentos	Peso: 50%	100%	S	>30%				
				A	30%				
				NA	<30%				
Indicador N	Taxa de parametrização do "software"	Peso: 50%	70%	S	>70%				
				A	70%				
				NA	<70%				
Iniciativas / Acções	Inicialização do procedimento de aquisição de "software", "hardware" e serviços de programação do software a adquirir								
	Parametrização do "software" adquirido								
Justificação dos Desvios									
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências								

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 1	Promover a formação de entidades externas							V / V.1 / V.4 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	Taxa de participação nas acções de formação solicitadas	Peso:	70%	S	>70%			
		50%		A	70%			
		NA		<70%				
Indicador 2	N.º de solicitações atendidas / n.º de solicitações apresentadas * 100	Peso:	40%	S	>40%			
		50%		A	40%			
		NA		<40%				
Iniciativas / Acções	Preparação e participação nas acções de formação solicitadas por entidades externas							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas de intervenção da DSPFSV							V / V.1 / V.4 V.6 / V.7
Indicador 1	N.º de temáticas propostas	Peso:	1	S	>1			
		25%		A	1			
		NA		<1				
Indicador 2	N.º de fóruns propostos	Peso:	1	S	>1			
		25%		A	1			
		NA		<1				
Indicador 3	Taxa de execução de reuniões técnicas com os utentes	Peso:	90%	S	>90%			
		50%		A	90%			
		NA		<90%				
Iniciativas / Acções	Identificação das temáticas de interesse para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							
	Promoção da organização de fóruns de discussão das temáticas consideradas relevantes							
	Identificação de áreas técnicas a enquadrar pela Unidade Orgânica							
Justificação dos Desvios								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Promover a divulgação da informação produzida pelas unidades orgânicas							V.1 / V.7
Indicador 1	Data de entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos	Peso:	31 Março	S	<31-Mar			
		70%		A	31-Mar			
		NA		>31-Mar				
Indicador 2	Disponibilização de informação técnica na Internet e em rede no prazo previsto	Peso:	30 dias	S	<30 dias			
		30%		A	30 dias			
		NA		>30 dias				

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Iniciativas / Acções	Actualização e entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos – Lista de Produtos fitofarmacêuticos com venda autorizada							
	Manutenção e actualização de informação no Internet e em Rede							
	Actualização e publicação de Boletim trimestral							
	Actualizar precauções toxicológicas, Ecotoxicológicas e Ambientais							
	Disponibilizar na Internet os rótulos aprovados para produtos fitofarmacêuticos							
Justificação dos Devios								
OO 2	Implementar novos procedimentos relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado							V.1 / V.2 V.5
Indicador 1	Taxa de integração do modelo de relatório europeu na avaliação de produtos fitofarmacêuticos	Peso: 60%	30%	S	>30%			
				A	30%			
				NA	<30%			
Indicador 2	Taxa de implementação de novos procedimentos	Peso: 40%	50%	S	>50%			
				A	50%			
				NA	<50%			
Iniciativas / Acções	Elaboração de relatório de avaliação com vista à colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos							
	Apresentação e integração do novo modelo de título de autorização de venda na colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado							
	Discussão de novo formato de divulgação de condições de utilização de produtos fitofarmacêuticos autorizadas							
Justificação dos Devios								
OO 3	Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira							V.1
Indicador 1	N.º APV avaliadas / n.º APV a rever * 100	Peso: 30%	50%	S	>50%			
				A	50%			
				NA	<50%			
Indicador 2	N.º de novas soluções (novos produtos e/ou finalidades) colocadas no mercado nacional / nº novas soluções em estudo à data de 31.12.2009	Peso: 70%	50%	S	>50%			
				A	50%			
				NA	<50%			
Iniciativas / Acções	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 1ª fase							
	Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 2ª fase							
	Concessão de autorização de venda a produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira							
Justificação dos Devios								
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 1	Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos							V.1 / V.2	
Indicador 1	Prazo médio de resposta por projecto	Peso: 40%	15 dias	S	<15				
				A	15				
				NA	>15				
Indicador 2	Prazo médio de resposta por Directiva, Regulamento ou Decisão	Peso: 30%	15 dias	S	<15				
				A	15				
				NA	>10				
Indicador 3	Tempo médio de resposta aos pedidos de colaboração técnica	Peso: 30%	10 dias	S	<10				
				A	10				
				NA	>10				
Iniciativas / Acções	Revisão técnico-linguística de projectos de diplomas apresentados								
	Transposição de Directivas								
	Colaboração técnica com as instituições nacionais e comunitárias na elaboração de textos legislativos								
	Implementação de Regulamentos e Decisões emanadas das instituições comunitárias								
Justificação dos Desvios									
OO 2	Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V	
Indicador 1	% de elaboração do código de conduta de aplicação de PF	Peso: 100%	50%	S	>50%				
				A	50%				
				NA	<50%				
Iniciativas / Acções	Elaboração da versão final para publicação								
Justificação dos Desvios									
OO 3	Promover o projecto de controlo do insecto vector do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)							V.6	
Indicador 1	Data de conclusão do plano de ensaios	Peso: 50%	3-Mar	S	<3-Mar				
				A	3-Mar				
				NA	>3-Mar				
Indicador 2	Data de início dos ensaios de campo	Peso: 50%	15-Mar	S	<15-Mar				
				A	15-Mar				
				NA	>15-Mar				
Iniciativas / Acções	Elaboração do plano de ensaios de campo								
	Coordenação da implementação dos ensaios no campo em parcelas previamente seleccionadas pela AFN								
Justificação dos Desvios									

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 4	Promover o projecto FITORREGA - Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projecto	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			
		100%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>31-Dez				
Iniciativas / Acções	Realizar as acções consideradas para o 1.º ano do projecto							
Justificação dos Desvios								
OO 5	Promover o projecto Rede Hortofrutícola							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projecto	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			
		100%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>31-Dez				
Iniciativas / Acções	Realizar as acções consideradas para o 1.º ano do projecto							
Justificação dos Desvios								
OO 6	Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal							V
Indicador 1	Data da elaboração do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas para 2012	Peso:	30-Nov	S	<30-Nov			
		50%		A	30-Nov			
		NA		>30-Nov				
Indicador 2	Data da publicação do relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas referente a 2010	Peso:	15-Dez	S	<1-Dez			
		50%		A	[1-31 Dez]			
		NA		>31-Dez				
Iniciativas / Acções	Coordenar as actividades referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011 das entidades envolvidas na Rede Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas							
	Promover e coordenar a reunião de definição de Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2012							
	Elaborar os documentos referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2012 e relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2010							
Justificação dos Desvios								
OO 7	Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa óptica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V
Indicador 1	N.º de autorizações de exercício concedidas / nº pedidos entrados na DGADR até 15 Novembro * 100	Peso:	95%	S	>95%			
		50%		A	95%			
		NA		<95%				
Indicador 2	Tempo médio de concessão da acreditação	Peso:	15 dias	S	<15 dias			
		50%		A	15 dias			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	>15 dias			
Iniciativas / Acções	Licenciamento de estabelecimentos de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e de empresas de aplicação terrestre							
	Acreditação de técnicos responsáveis nos termos do artigo 6.º do Dec - Lei n.º 173/2005							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Promover a aquisição de novas competências e actualização de competências já adquiridas	Acções de formação realizadas
Desmaterializar os processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos	Procedimento executado
Promover a formação de entidades externas	Acções de formação realizadas
Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas de intervenção da DSPFSV	Fóruns e reuniões realizados
Promover a divulgação da informação produzida pelas unidades orgânicas	Tempo dispendido na entrega da informação
Implementar novos procedimentos relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado	Novos procedimentos apresentados
Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira	Registos existentes na DHATEAIPF
Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos	Prazo dispendido em transposição, revisão ou implementação da legislação
Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Percentagem da elaboração de códigos de conduta
Promover o projecto de controlo do insecto vector do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)	Apresentação do plano e implementação dos ensaios de campo
Promover o projecto FITORREGA - Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega	Apresentação do relatório do levantamento das necessidades
Promover o projecto Rede Hortofrutícola	Data e apresentação
Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal	Elaboração do relatório do PNCRP (2011) e publicação do relatório do PNCRP (2009)
Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa óptica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Registo das Autorizações de exercício de actividade e dos Técnicos acreditados e respectivos tempos de resposta

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSPFSV	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	4	48
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
DHATEAIPF	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	14	168
	ASSISTENTE TÉCNICO	9	72
	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
DABSV	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	12	144
	ASSISTENTE TÉCNICO	4	32
	ASSISTENTE OPERACIONAL	1	5
		50	538

BENS MATERIAIS

	Bens (A adquirir)	Serviços (A adquirir)
DSPFSV	1 computador - Equipa Implementação D.L. n.º 173/2005	
	1 monitor 17"	
DHATEAIPF	3 computadores	
	2 monitores 17"	Manutenção de equipamentos de laboratório
	Consumíveis de laboratório (solventes, reagentes, gases)	Empreitada obras no laboratório de formulações
		Empreitada de remodelação de sala Ed. Oeiras

VI – FITOSSANIDADE E MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Regularizar, coordenar e implementar medidas de protecção fitossanitárias;
- Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário;
- Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia;
- Implementar as actividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas;
- Assegurar a gestão do Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a actualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação;
- Assegurar a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV);
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Proceder à atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, OCDE, OEPP, UPOV e ISTA.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	DIRECÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
VI	Coordenação das áreas de Inspeção Fitossanitária e Propágulos e de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos Vegetais	DSFMMP
VI.1	Inspeção fitossanitária e quarentena vegetal	DSFMMP/DIFP
VI.2	Inspeção a unidades de tratamento de madeira	DSFMMP/DIFP
VI.3	Sistemas de certificação e controlo de materiais de multiplicação vegetativa	DSFMMP/DIFP
VI.4	Catálogo nacional de variedades de fruteiras e videira	DSFMMP/DIFP
VI.5	Apoio administrativo	DSFMMP/DIFP
VI.6	Sistemas de certificação e controlo de sementes	DSFMMP/DSVRG
VI.7	Catálogo nacional de variedades, Recursos genéticos e Direitos do Obtentor	DSFMMP/DSVRG
VI.8	Organismos geneticamente modificados	DSFMMP/DSVRG

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE	
OE	Optimizar a gestão financeira								
OO 1	Cobrar as taxas devidas pela certificação e licenciamentos							VI.6 / VI.3 VI.5	
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso: 25%	31-Jan	S	<15-Jan				
				A	[15-Jan – 15-Fev]				
				NA	>15-Fev				
Indicador 2	Data de elaboração das listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa	Peso: 25%	15-Dez	S	<1-Dez				
				A	[1-31 Dez]				
				NA	>31-Dez				
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela certificação de semente	Peso: 25%	1-Set	S	<15-Ago				
				A	[15-Ago – 15-Set]				
				NA	>15-Set				
Indicador 4	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso: 25%	31-Mai	S	<1-Mai				
				A	[1-Mai – 30-Jun]				
				NA	>30-Jun				
Iniciativas / Acções	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos								
	Elaborar listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa								
	Elaborar listagem de taxas devidas pela certificação de semente								
	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos								
Justificação dos Desvios									
OO 2	Cobrar as taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor							VI.7 / VI.5	
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV	Peso: 30%	20-Mar	S	1-Mar				
				A	20-Mar				
				NA	>10-Abr				
Indicador 2	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelos ensaios de variedades do CNV	Peso: 40%	20-Set	S	1-Set				
				A	20-Set				
				NA	>10-Out				
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas	Peso: 30%	20-Set	S	1-Set				
				A	<20-Set				
				NA	>10-Out				
Iniciativas / Acções	Elaborar listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV								
	Elaborar listagem de taxas devidas pelos ensaios de variedades do CNV								
	Elaborar listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas								

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Justificação dos Desvios								
OO 3	Cobrar as taxas de pedidos de importação							VI.6 / VI.3 VI.5
Indicador 1	Prazo de elaboração de pedido de cobrança ao sector financeiro	Peso:	2 dias	S	<2			
		100%		A	2			
		NA		>2				
Iniciativas / Acções	Elaboração de pedido de cobrança ao sector financeiro							
Justificação dos Desvios								
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento							
OO 1	Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas informativas							VI.6 / VI.7 VI.5
Indicador 1	N.º de análises executadas	Peso:	1000	S	>1100			
		100%		A	1000			
		NA		<900				
Iniciativas / Acções	Realizar as análises e testes solicitados a título informativo							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM							VI.2 / VI.5
Indicador 1	Receita da emissão de passaportes fitossanitários nas UITM	Peso:	20000 €	S	>25000 €			
		100%		A	20000 €			
		NA		<15000 €				
Iniciativas / Acções	Cobrar a emissão de passaportes fitossanitários nas UITM							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Promover a utilização do “Dossier Solidariedade NMP”							VI / VI.1 / VI.2
Indicador 1	Taxa de execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier Solidariedade 2010”	Peso:	95%	S	>99%			
		60%		A	[90-99 %]			
		NA		<90%				
Indicador 2	Data de envio do Dossier “Solidariedade NMP 2011”	Peso:	25-Abr	S	<21-Abr			
		40%		A	[21-29 Abr]			
		NA		>29-Abr				
Iniciativas / Acções	Execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier” Solidariedade 2010							
	Envio do “Dossier Solidariedade NMP 2011”, para a Comissão Europeia							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 4	Aumentar a receita devida pelos exames de DHE executados para o CPVO							VI.7
Indicador 1	Receita dos exames de DHE	Peso:	17000 €	S	>18000 €			
		100%		A	[15000-18000 €]			
		NA		<15000 €				
Iniciativas / Acções	Executar os exames de novas variedades de mirtilos							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Realizar acções de formação internas							VI.6 / VI.7/ VI.5
Indicador 1	N.º de acções de formação internas	Peso:	7	S	>9			
		100%		A	[5-9]			
		NA		<5				
Iniciativas / Acções	Definir e executar o plano de formação interna							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Participar no programa de formação comunitário de ins-pectores fitossanitário 'Better training safer food'							VI.1 / VI.2
Indicador 1	Nº de participações em acções e formação	Peso:	4	S	>4			
		100%		A	4			
		NA		<4				
Iniciativas / Acções	Participar nas acções de formação a serem realizadas no âmbito deste programa							
Justificação dos Desvios								
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Gerir a aplicação informática INFINET							VI.1 / VI.2
Indicador 1	Data de apresentação do pedido de inspecção fitos-sanitária à importação em formato electrónico	Peso:	15-Jul	S	≤1-Jul			
		50%		A	[1-31 Jul]			
		NA		>31-Jul				
Indicador 2	Data de elaboração do relatório das acções desen-volvidas	Peso:	31-Jan	S	<31-Jan			
		50%		A	31-Jan			
		NA		>31-Jan				
Iniciativas / Acções	Disponibilizar aos importadores ou seus representantes o pedido de inspecção fitossanitária à importação através da aplicação informática							
	Elaborar o relatório das acções desenvolvidas em 2010							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 2	Desenvolver a aplicação informática CERTINET no âmbito do PRODER							VI.3
Indicador 1	Data de elaboração do relatório de execução	Peso:	15-Jul	S	≤1-Jul			
		100%		A	[1-31 Jul]			
		NA		>31-Jul				
Iniciativas / Acções	Garantir a execução do plano de acção do projecto CERTINET. Elaboração do relatório de execução da 1ª fase							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT							VI.1
Indicador 1	Prazo de elaboração do relatório mensal sintético	Peso:	Dia 25 de cada mês	S	<21			
		100%		A	[21-30]			
		NA		>30				
Iniciativas / Acções	Elaborar um relatório mensal sintético das notificações de intercepção de organismos prejudiciais na EU							
Justificação dos Desvios								
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Realizar acções de formação/reciclagem no âmbito da certificação, catálogos e OGM							VI.6 / VI.7 / VI.8
Indicador 1	N.º de acções de formação / reciclagem	Peso:	5	S	>6			
		100%		A	[4-6]			
		NA		<4				
Iniciativas / Acções	Realizar acções de formação e de reciclagem na área da inspecção de campo e da amostragem de semente							
	Realizar acções de formação na área do CNV							
	Realizar acções de formação na área da coexistência entre culturas GM e outros modos de produção							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Realizar acções de formação para técnicos das UITM's responsáveis pelo tratamento térmico de madeira de coníferas para controlo NMP							VI.2
Indicador 1	N.º de acções de formação	Peso:	3	S	>3			
		100%		A	3			
		NA		<3				
Iniciativas / Acções	Realizar acções de formação no âmbito do funcionamento das UITM's							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP							VI.3 / VI.6 VI.7 / VI.8
Indicador 1	N.º de encontros de campo	Peso:	2	S	>3			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	no NECE	60%		A	[1-3]			
				NA	<1			
Indicador 2	N.º de encontros de campo no âmbito do CNV	Peso:	1	S	>1			
		40%		A	1			
				NA	<1			
Iniciativas / Acções	Organizar encontros de campo no NECE na área dos materiais de multiplicação de plantas							
	Organizar em conjunto com as DRAP encontros de campo no âmbito do CNV							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa óptica integrada							
OO 1	Actualizar e melhorar a informação disponível na Internet							VI
Indicador 1	N.º de dias disponibilização de informação actualizada na página da internet da DGADR	Peso:	5	S	<4			
		100%		A	[4-6]			
				NA	>6			
Iniciativas / Acções	Assegurar a disponibilização de informação actualizada na página da internet da DGADR							
OO 2	Gerir a base de dados de semente biológica							VI.6
Indicador 1	N.º de dias para validação e actualização on-line da base de dados de semente biológica	Peso:	2	S	<2			
		100%		A	2			
				NA	>2			
Iniciativas / Acções	Proceder à validação da informação e à actualização on-line da Base de Dados de semente biológica							
Justificação dos Desvios								
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Reduzir o uso de documentos em suporte papel							VI
Indicador 1	% de redução de papel	Peso:	7%	S	>9%			
		50%		A	[5-9 %]			
				NA	<5%			
Indicador 2	% de acréscimo de envio de documentação em formato electrónico	Peso:	7%	S	>9%			
		50%		A	[5-9 %]			
				NA	<5%			
Iniciativas / Acções	Reduzir as impressões em papel							
	Aumentar a edição de documentos, incluindo ofícios e relatórios, em formato electrónico							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Promover o processamento de análises laboratoriais							VI.1 / VI.2

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Indicador 1	Nº de protocolos e aquisições de serviços	Peso:	2	S	>2			
		100%		A	2			
		NA		<2				
Iniciativas / Acções	Estabelecimento de protocolos e aquisição de serviços com entidades para detecção de organismos prejudiciais							
Justificação dos Desvios								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Obter o reconhecimento pelo CPVO como organismo de exame; Obter bons resultados nos testes de proficiência da ISTA							VI.5 / VI.7
Indicador 1	Data de reconhecimento pela CPVO	Peso:	2 espécies	S	Todas as espécies candidatas			
		50%		A	morangueiro e mirtilos			
		NA		Não obter reconhecimento				
Indicador 2	Classificação nos testes de proficiência da ISTA	Peso:	B	S	Todos A			
		50%		A	Todos >B			
		NA		Obter um C				
Iniciativas / Acções	Concluir toda a documentação da qualidade e submeter a auditoria externa							
	Participar nos testes de proficiência da ISTA							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Responder a todas as reclamações e pedidos de informação							VI
Indicador 1	N.º de dias para avaliação das reclamações recebidas	Peso:	5	S	<3			
		50%		A	[3-5]			
		NA		>5				
Indicador 2	N.º de dias para resposta a pedidos de informação	Peso:	7	S	<5			
		50%		A	[5-9]			
		NA		>9				
Iniciativas / Acções	Avaliar as reclamações recebidas, proceder ao seu registo, avaliação e desenvolver eventuais acções correctivas							
	Responder a todos os pedidos de informação							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produtores e acondicionadores de semente e agricultores multiplicadores e avaliar pedidos de importação de semente							VI.8 / VI.7 V.6 / VI.5
Indicador 1	N.º médio de dias para	Peso:	26	S	<22			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	execução de análises e ensaios de sementes	35%		A	[22-30]			
				NA	>30			
Indicador 2	N.º médio de dias para avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças	Peso: 35%	12	S	<9			
				A	[9-15]			
				NA	>15			
Indicador 3	N.º médio de dias para emissão de pareceres sobre pedidos de importação	Peso: 30%	3	S	<2			
				A	[2-4]			
				NA	>4			
Iniciativas / Acções	Executar análises e ensaios de sementes							
	Proceder à avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças							
	Emitir pareceres sobre pedidos de importação							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Alargar o sistema de gestão da qualidade (SGQ)							VI.3
Indicador 31	Data de implementação do SGQ na área da certificação vitícola	Peso: 100%	15-Nov	S	<1-Nov			
				A	[1-30 Nov]			
				NA	>30-Nov			
Iniciativas / Acções	Implementar o SGQ na área da certificação vitícola							
Justificação dos Desvios								
OO 5	Renovar os licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa							VI.3
Indicador 1	Data de comunicação às DRAP's da lista de entidades que renovaram as licenças	Peso: 50%	15-Mar	S	<2-Mar			
				A	[2-31 Mar]			
				NA	>31-Mar			
Indicador 2	N.º de dias para avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registos de operadores económicos	Peso: 50%	9	S	<9			
				A	9			
				NA	>9			
Iniciativas / Acções	Comunicar às DRAP's a lista de entidades que renovaram as licenças (Envio de vinhetas)							
	Avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registo de operadores económicos							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspecção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa							VI
Indicador 1	N.º de dias para elaboração	Peso: 50	50	S	<41			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	de propostas de transposição de legislação comunitária	100%		A	[41-59]			
				NA	>59			
Iniciativas / Acções	Proceder à elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM							VI.6 / VI.7 VI.8
Indicador 1	N.º médio de dias para avaliar os resultados das inspecções de campos	Peso: 20%	7	S	<4			
				A	[4-10]			
				NA	>10			
Indicador 2	N.º médio de dias para coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação	Peso: 20%	4	S	<2			
				A	[2-6]			
				NA	>6			
Indicador 3	N.º de análises de sementes para certificação	Peso: 20%	1500	S	>1799			
				A	[1201-1799]			
				NA	<1201			
Indicador 4	N.º ensaios de campo realizados	Peso: 20%	6	S	>7			
				A	[5-7]			
				NA	<5			
Indicador 5	% total de controlo do cultivo de VGM	Peso: 20%	45%	S	>50%			
				A	[40-50 %]			
				NA	<40%			
Iniciativas / Acções	Avaliar resultados das inspecções de campos e emitir parecer							
	Coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação							
	Realizar ensaios e análises de sementes para certificação							
	Realizar ensaios de campo e de laboratório de controlo de qualidade de lotes de semente							
	Coordenar as acções de controlo do cultivo de VGM							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICVV							VI.7 / VI.8
Indicador 1	N.º de ensaios - VAU	Peso: 20%	80	S	>90			
				A	[70-90]			
				NA	<70			
Indicador 2	N.º de ensaios - DHE	Peso:	14	S	>18			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
		20%		A	[10-18]			
				NA	<10			
Indicador 3	Data de avaliação de resultados	Peso:	28-Jan	S	<26-Jan			
		20%		A	[26-30 Jan]			
				NA	>30-Jan			
Indicador 4	Data de edição do CNV	Peso:	30-Mar	S	<26-Fev			
		20%		A	[26-Fev - 30-Abr]			
				NA	>30-Abr			
Indicador 5	Data de elaboração dos relatórios dos exames de DHE	Peso:	15-Out	S	<15-Set			
		20%		A	[15-Set - 10-Nov]			
				NA	>10-Nov			
Iniciativas / Acções	Coordenar as redes nacionais de ensaio							
	Executar ensaios de VAU e de DHE							
	Proceder à avaliação de resultados, elaborar as fichas varietais e realizar o CNPPV							
	Elaborar e editar o CNV e o boletim de registo de variedades protegidas							
	Elaborar relatórios dos exames de DHE para o ICVV							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, citrinos, hortícolas, morangueiro e videira							VI.3 / VI.5
Indicador 1	N.º de dias para análise dos processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros	Peso:	25	S	<21			
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 2	N.º de dias para análise dos resultados das inspecções	Peso:	25	S	<21			
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 3	Prazo para autorização da emissão de etiquetas - videira	Peso:	23-Out	S	<15-Out			
		15%		A	[15-31 Out]			
				NA	>31-Out			
Indicador 4	Prazo para emissão de etiquetas de certificação - batata-semente	Peso:	15-Jan	S	<1-Jan			
		7,5%		A	[1-31 Jan]			
				NA	>31-Jan			
Indicador 5	Prazo para emissão de etiquetas de certificação de morangueiro	Peso:	15-Nov	S	<1-Nov			
		7,5%		A	[1-30 Nov]			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
				NA	>30-Nov			
Indicador 6	Prazo de realização de ensaios de campo de controlo à posteriori de videira	Peso: 7,5%	22-Set	S	<15-Set			
				A	[15-30 Set]			
				NA	>30-Set			
Indicador 7	Prazo de realização de ensaios de campo de controlo à posteriori de morangueiro	Peso: 7,5%	21-Fev	S	<15 Fev			
				A	[15-29 Fev]			
				NA	>29 Fev			
Indicador 8	Prazo de elaboração do relatório anual dos ensaios de controlo à posteriori	Peso: 25%	15-Dez	S	<1-Dez			
				A	[1-31 Dez]			
				NA	>31Dez			
Iniciativas / Acções	Analisar processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros							
	Analisar os resultados das inspecções							
	Autorizar a emissão de etiquetas – videira							
	Emitir etiquetas de certificação - batata-semente							
	Emitir etiquetas de certificação morangueiro							
	Realizar ensaios de campo de controlo à posteriori de videira							
	Realizar ensaios de campo de controlo à posteriori de morangueiro							
	Elaborar relatório anual dos ensaios de controlo à posteriori							
Justificação dos Desvios								
OO5	Definir e coordenar os programas de prospecção de organismos prejudiciais							VI.3 / VI.5
Indicador 1	Prazo para definição do programa nacional de prospecção de organismos prejudiciais	Peso: 30%	28-Fev	S	<28-Fev			
				A	28-Fev			
				NA	>28-Fev			
Indicador 2	Nº reuniões para apoio técnico aos inspectores fitossanitários das DRAP's e AFN	Peso: 40%	5	S	>6			
				A	[4-6]			
				NA	<4			
Indicador 3	Prazo de elaboração do relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2010	Peso: 30%	23-Mar	S	<15-Mar			
				A	[15-31 Mar]			
				NA	>31-Mar			
Iniciativas / Acções	Definir o programa nacional de prospecção de organismos prejudiciais							
	Prestar apoio técnico aos inspectores fitossanitários das DRAP's e AFN							
	Elaborar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2010							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Cobrar as taxas devidas pela certificação e licenciamentos	Nº de dias e datas de elaboração de listagens
Cobrar as taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor	Datas de elaboração de listagens
Cobrar as taxas de pedidos de importação	Prazo para elaboração da NI
Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas	Registos de entradas de amostras
Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM	NI de receita cobrada
Promover a utilização do 'dossier' de Solidariedade	Taxa de execução financeira das despesas da DGADR. Ofício de envio do 'dossier' a Bruxelas
Aumentar a receita devida pelos exames para o CPVO	Valor de cobrança
Realizar acções de formação interna	Acções realizadas (acta da revisão pela gestão de topo)
Participar no programa de formação comunitário de inspec- tores fitossanitário 'Better training safer food'	Participar nas acções de formação
Gerir a aplicação informática INFINET	Nº dias para actualização e data de entrega do relatório
Desenvolver a aplicação informática CERTINET	Disponibilização de relatório
Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT	Disponibilização da aplicação
Realizar acções de formação/reciclagem no âmbito da certi- ficção, catálogos e OGM	Acções realizadas
Realizar acções de formação para técnicos das UITM's responsáveis pelo tratamento térmico de madeira de conífe- ras para controlo NMP	Acções realizadas
Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP	Encontros realizados
Actualizar a informação disponível na internet	Data de envio para publicação no site
Gerir a base de dados de semente biológica	Estado de actualização da informação
Reduzir o uso de documentos em suporte papel	Nº de resmas de papel requisitado e edição electrónica de documentos
Promover o processamento de análises laboratoriais	Nº de protocolos e aquisição de serviços efectuadas
Obter o reconhecimento pelo CPVO como organismo de exame. Obter bons resultados nos testes de proficiência da ISTA	Resultado da auditoria externa. Resultados dos testes
Dar resposta às reclamações dos clientes e aos pedidos de informação	Documentos do sistema de gestão da qualidade
Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produ- tores e acondicionadores de semente e agricultores multipli- cadores e avaliar pedidos de importação de semente	Documentos do sistema de qualidade do LES
Alargar o sistema de gestão da qualidade (SGQ)	Data de aplicação do SGQ
Renovar os licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedo- res de materiais de propagação vegetativa	Dias para execução
Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à ins-	Data de envio aos serviços jurídicos

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
pecção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa	
Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM	Documentos do sistema de qualidade do LES, n.º de inspecções realizadas
Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICSV	Nº de ensaios, data do CNPPV, data de envio para publicação do CNV e do BRVP e data de envio dos relatórios
Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, hortícolas, morangueiro e videira	Prazo de respostas e elaboração de documentos
Definir e coordenar os programas de prospecção de organismos prejudiciais	Data e realização de reunião, elaboração de relatório

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
DSFMMP	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
DIFP	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	14	168
	ASSISTENTE TÉCNICO	2	16
DSVRG	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	9	108
	ASSISTENTE TÉCNICO	13	104
	ASSISTENTE OPERACIONAL	9	45
		51	497

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DIFP	1 Impressora	
	1 Fotocopiadora	
	3 Computadores	
DSVRG	1 Balança doseadora para o CNV	Recuperação de abrigo no NECE
	1 Programa de software de estatística	
	1 Balança portátil	
	1 Scanner	

REDE RURAL NACIONAL

O Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 Junho que altera o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 37/A, de 5 de Março, define a Rede Rural Nacional (RRN), enquanto mecanismo de intercâmbio de informações e conhecimentos especializados entre os agentes dos territórios rurais, coordenada pela Direcção - Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

I - SECRETARIADO TÉCNICO DA AUTORIDADE DE GESTÃO PARA O PROGRAMA DA REDE RURAL NACIONAL (PRRN)

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

O Despacho Conjunto Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nº 12.416/2010 de 16 de Junho, publicado no Diário da República nº 148, 2ª Série, de 2 de Agosto de 4 de Janeiro, que definiu que o Secretariado Técnico funciona sob responsabilidade do gestor, executando as funções que por este lhe sejam conferidas, nomeadamente as seguintes:

- a. Propor o plano de comunicação do PRRN e acompanhar a sua execução;
- b. Assegurar a existência de um sistema de informação que permita registar e conservar a informação estatística sobre a execução do PRRN, num formato electrónico adequado para fins de acompanhamento e avaliação, assim como as ligações adequadas com o sistema de informação da Comissão Europeia (SGC 2007) e os sistemas de informação do organismo pagador;
- c. Propor orientações técnicas, administrativas e financeiras quanto ao processo de apresentação e apreciação dos pedidos de apoio, bem como quanto ao acompanhamento e execução do PRRN;
- d. Formular pareceres técnicos sobre os pedidos de apoio apresentados sempre que tal esteja previsto na regulamentação específica e assegurar que as operações sejam seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PRRN;
- e. Executar as tarefas necessárias à preparação das previsões das necessidades de financiamento do PRRN e das declarações de despesas a transmitir à Comissão Europeia, de acordo com os procedimentos definidos sobre a articulação, nesta matéria, entre o organismo pagador e a autoridade de gestão;
- f. Preparar e acompanhar as missões comunitárias de controlo, de acordo com os procedimentos definidos sobre a articulação, nesta matéria, entre o organismo pagador e a autoridade de gestão;
- g. Proceder à recolha e ao tratamento dos dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do PRRN para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- h. Assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua do PRRN, preparar os relatórios de execução, bem como os contributos deste programa para os relatórios síntese de acompanhamento do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural;
- i. Apresentar ou analisar propostas de alterações, revisões e reprogramações do PRRN;
- j. Implementar o sistema de controlo interno da AG do PRRN;
- k. Prestar o apoio jurídico à AG do PRRN;
- l. Preparar e acompanhar as reuniões do comité de acompanhamento do PRRN;
- m. Preparar a participação do gestor do PRRN nas reuniões da Comissão de Coordenação Nacional do FEADER.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	AG / PRRN
I	Operacionalização das Áreas de Intervenção do PRRN	STAG
I.1	Auditoria e Controlo	STAG
I.2	Informação e Divulgação	STAG
I.3	Apoio Jurídico e Organizacional do ST	STAG
I.4	Gestão Financeira e Avaliação do PRRN	STAG

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OO 1	Análise de Pedidos de Apoio							I
Indicador 1	Prazo de Análise	Peso:	40 dias úteis	S	<30			
		100%		A	40			
		NA		>40				
Iniciativas / Acções	Análise de Pedidos de Apoio							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Análise de Pedidos de Pagamento							I
Indicador 1	Prazo de Análise	Peso:	30 dias úteis	S	<28			
		100%		A	30			
		NA		>30				
Iniciativas / Acções	Análise de Pedidos de Pagamento							
Justificação dos Desvios								
OO 3	Assegurar o bom funcionamento do sistema de informação							I
Indicador 1	Nº de Reuniões com o IFAP	Peso:	4	S	5			
		100%		A	[3-4]			
		NA		<3				
Iniciativas / Acções	Realização de reuniões com o objectivo de levantar necessidades e identificar problemas que merecem intervenção.							
Justificação dos Desvios								
OO 4	Alterações ao PRRN							I / I.3
Indicador 1	Prazo de elaboração de propostas de alteração	Peso:	30/04	S	<15/04			
		100%		A	30/04			
		NA		>30/04				

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Iniciativas / Acções	Elaboração de propostas de simplificação ou adaptação do PRRN							
Justificação dos Desvios								
OO 5	Realizar acções de auditoria							I.1
Indicador 1	Número de auditorias a realizar	Peso:	1	S	2			
		100%		A	1			
		NA		0				
Iniciativas / Acções	Verificação da constituição do Dossier da Operação do Beneficiário							
	Verificação das regras de publicitação							
Justificação dos Desvios								
OO 6	Protocolo de Articulação Funcional – Controlo Interno							I.1
Indicador 1	Prazo de Implementação	Peso:	Prazo Indicado	S	Inferior ao Prazo Indicado			
		100%		A	Prazo Indicado			
		NA		Superior ao prazo Indicado				
Iniciativas / Acções	Elaborar o Manual de Controlo Interno, decorrente do Protocolo Articulação Funcional							
Justificação dos Desvios								
OO 7	Gerir o Site							I.2
Indicador 1	Prazo de envio à DPDI (Informática) de novos conteúdos	Peso:	2 dias úteis	S	1			
		100%		A	2			
		NA		>2				
Iniciativas / Acções	Remeter à DPDI os conteúdos a publicar, e garantir a divulgação de informação sistematizada e actualizada							
Justificação dos Desvios								
OO 9	Assegurar a aplicação correcta da legislação nacional e comunitária							I.3
Indicador 1	Prazo médio de pareceres técnicos jurídicos (inclui Protocolos e Recrutamento de Recursos Humanos)	Peso:	7 dias úteis	S	<5			
		35%		A	7			
		NA		>7				
Indicador 2	Prazo médio de preparação de processos de contratação pública	Peso:	10 dias úteis	S	8			
		65%		A	10			
		NA		>10				
Iniciativas /	Instauração e acompanhamento dos procedimentos públicos de contratação e recrutamento de pessoal							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
Acções	Elaboração e Acompanhamento de Protocolos da AG com outras entidades							
	Elaboração de pareceres técnicos jurídicos sobre legislação comunitária e nacional							
	Preparação de respostas a reclamações e recursos hierárquicos das decisões da AG							
Justificação dos Desvios								
OO 10	Assegurar a produção de normas e procedimentos correctos e de fácil compreensão							I.3
Indicador 1	Prazo médio de elaboração/adaptação de normas e OTE's	Peso:	10 dias úteis	S	5			
		100%		A	10			
		NA		>10				
Iniciativas / Acções	Elaboração e Análise de Normas e OTE's (gerais, específicas e internas)							
	Envio de Normas ao Organismo Pagador no âmbito do Protocolo							
Justificação dos Desvios								
OO 11	Elaborar Relatório de Execução							I.4
Indicador 1	Prazo de elaboração do Relatório de Execução	Peso:	31/05	S	<10/05			
		100%		A	31/05			
		NA		>31/05				
Iniciativas / Acções	Tratamento de informação relativa a indicadores							
	Elaboração do Relatório de Execução							
Justificação dos Desvios								
OO 12	Efectuar a avaliação e acompanhamento do PRRN							I.4
Indicador 1	Prazo médio de resposta às solicitações dos avaliadores	Peso:	10 dias úteis	S	<10			
		50%		A	10			
		NA		>10				
Indicador 2	Prazo médio de resposta para revisões e reprogramações do PRRN	Peso:	O indicado	S	< indicado			
		50%		A	indicado			
		NA		> indicado				
Iniciativas / Acções	Tratamento de dados para a avaliação							
	Acompanhamento da execução financeira e previsões de pagamentos							
	Preparação de revisões e reprogramações							
Justificação dos Desvios								
OO 13	Assegurar a realização do Comité de Acompanhamento							I.4
Indicador 1	Prazo médio de disponibi-	Peso:	15 dias	S	<15			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	lização dos documentos aos membros do Comité	100%	úteis	A	15			
				NA	>15			
Iniciativas / Acções	Preparação da ordem de trabalhos e convocatória da reunião							
	Disponibilização de documentos de suporte à reunião							
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Análise de Pedidos de Apoio	DOCUMENTAÇÃO NO STAG DO PRRN
Análise de Pedidos de Pagamento	
Assegurar o bom funcionamento do sistema de informação	
Alterações ao PRRN	
Realizar acções de auditoria	
Protocolo de Articulação Funcional – Controlo Interno	
Gerir o Site	
Assegurar a aplicação correcta da legislação nacional e comunitária	
Assegurar a produção de normas e procedimentos correctos e de fácil compreensão	
Elaborar Relatório de Execução	
Efectuar a avaliação e acompanhamento do PRRN	
Assegurar a realização do Comité de Acompanhamento	

RECURSOS HUMANOS *

AGPRRN		Nº de RH Planeados	Pontuação Planeada
	DIRECÇÃO SUPERIOR	1	20
	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	1	16
	TÉCNICO SUPERIOR	4	48
	ASSISTENTE TÉCNICO	1	8
		7	92

* Do pessoal afecto ao Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão para o Programa da Rede Rural Nacional, 4 elementos fazem parte do mapa de pessoal da DGADR

BENS MATERIAIS

AGPRRN	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
	Equipamento Informático	Caderno de Identidade
	Software informático	Consultoria do site da AG
		Consultoria para Avaliação PRRN
		Consultoria de Análise de Pedidos de Apoio

II - COORDENAÇÃO DA REDE RURAL NACIONAL E UNIDADE CENTRAL DA ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Articular com a RRE, com as Redes Rurais dos outros Estados Membros e outros parceiros internacionais;
- Coordenar e acompanhar tecnicamente as actividades da Rede Rural Nacional, de acordo com o Plano de Acção e o Plano de Actividades aprovados;
- Operacionalizar a Estratégia de Informação e Comunicação da RRN;
- Criar condições para a participação organizada dos membros da RRN nas suas actividades;
- Articular com os membros da rede rural e com outras redes que operem sobre o território nacional;
- Articular com os organismos da administração central e regional responsáveis pela implementação e monitorização dos Programas de Desenvolvimento Rural e do QREN.

CÓDIGO	ACTIVIDADES	CRRN e UC-ETA
--------	-------------	---------------

II.1 Presidir ao Conselho de Coordenação do Programa para a Rede Rural Nacional e dirigir a respectiva estrutura técnica de animação. **COORDENADOR**

II.2 Garantir a criação de condições para o funcionamento da Rede Rural Nacional. **UC-ETA**

OBJECTIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento							
OO 1	Candidatar ao Programa da Rede Rural Nacional							II.1 / II.2
Indicador 1	N.º de candidaturas apresentadas	Peso:	2	S	>3			
		A		[1-3]				
		NA		<1				
Iniciativas / Acções		Formulação de projectos e sua apresentação ao ProRede						
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2
Indicador 2	N.º de colaboradores da UC-ETA que participaram em acções de formação	Peso:	15%	S	>19%			
		A		[11-19%]				
		NA		<11%				
Indicador 3	N.º de colaboradores da UC-ETA que participaram em parcerias	Peso:	15%	S	>19%			

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
		50%		A	[11-19%]			
				NA	<11%			
Iniciativas / Acções	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em acções de formação							
	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em parcerias no âmbito de projectos aprovados pelo ProRede							
Justificação dos Desvios								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Disponibilizar informação aos agentes de Desenvolvimento Rural							II.1 / II.2
Indicador 1	Nº de consultas efectuadas pelos clientes	Peso:	250	S	>299			
		100%		A	[201-299]			
		NA		<201				
Iniciativas / Acções	Manter actualizado o site da rede rural nacional							
Justificação dos Desvios								
OE	Melhorar a competitividade e sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Dinamizar as actividades da RRN							II.1 / II.2
Indicador 1	N.º de reuniões dos órgãos da RRN	Peso:	5	S	>5			
		20%		A	5			
		NA		<5				
Indicador 2	Realizar o Encontro Anual da RRN	Peso:	30-Nov	S	<1-Nov			
		20%		A	[1-Nov – 31-Dez]			
		NA		>31-Dez				
Indicador 3	N.º de reuniões do Conselho de Coordenação, do Subcomité LEADER e da REDR	Peso:	3	S	>3			
		20%		A	3			
		NA		<3				
Indicador 4	N.º de encontros ou eventos	Peso:	3	S	>3			
		20%		A	3			
		NA		<3				
Indicador 5	N.º de reuniões realizadas	Peso:	2	S	>2			
		20%		A	2			
		NA		<2				
Iniciativas / Acções	Organizar e dinamizar o funcionamento dos órgãos e estruturas da RRN							
	Organizar o Encontro anual da RRN							
	Participar nas actividades da Rede Europeia							

OBJECTIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ACTIVIDADE
	Participar nos encontros ou eventos promovidos pela REDR, por outras RRN ou organizações membros do CC da REDR							
	Articular com organismos nacionais do MADRP e AG dos PDR							
Justificação dos Desvios								
OO 2	Promover o acesso e a disseminação de informação							II.1 / II.2
Indicador 1	Lançamento do novo sítio da RRN	Peso:	31-Out	S	<1-Out			
		60%		A	[1-Out – 30-Nov]			
		NA		>30-Nov				
Indicador 2	N.º de informação disponibilizada	Peso:	20	S	>30			
		40%		A	[10-30]			
		NA		<10				
Iniciativas / Acções			Criar, desenvolver e operacionalizar o novo sitio da RRN					
			Divulgar informação sistematizada e actualizada					
Justificação dos Desvios								
OO 3	Promover o conhecimento e a sua difusão							II.1 / II.2
Indicador 1	N.º de áreas temáticas a iniciar em 2011	Peso:	2	S	>2			
		25%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Criar base de dados das experiências	Peso:	30-Nov	S	<1-Nov			
		50%		A	[1-Nov – 31-Dez]			
		NA		>31-Dez				
Indicador 3	% de experiências de sucesso em meio rural divulgadas / identificadas	Peso:	75%	S	>85%			
		25%		A	[65-85%]			
		NA		<65%				
Iniciativas / Acções			Organizar e acompanhar Grupos de Trabalho Temáticos (GTT)					
			Identificar, analisar e sistematizar experiências de sucesso em meio rural					
			Divulgar experiências de sucesso em meio rural					
Justificação dos Desvios								

OBJECTIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS
Candidatar ao Programa da Rede Rural Nacional	Registos existentes na UC_ETA RRN
Promover a Aquisição de novas competências	
Disponibilizar informação aos agentes de Desenvolvimento Rural	
Dinamizar as actividades da RRN	
Promover o acesso e a disseminação de informação	
Promover o conhecimento e a sua difusão	

RECURSOS HUMANOS

		Nº de RH Planeados *	Pontuação Planeada
UC – ETA RRN	DIRECÇÃO INTERMÉDIA	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	TÉCNICO SUPERIOR	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	ASSISTENTE TÉCNICO	<input type="text"/>	<input type="text"/>
		<input type="text"/>	<input type="text"/>

* Técnicos da EPDTR

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
UC – ETA RRN	<input type="text"/>	Criação do site da RRN
	<input type="text"/>	Consultadoria para desenvolvimento das áreas temáticas
	<input type="text"/>	Desenvolvimento de revistas temáticas
	<input type="text"/>	Tradução

ANEXOS

INTERACÇÕES NACIONAIS

ORGANISMOS DO MADRP

Autoridade Florestal Nacional (AFN)
Autoridade de Gestão do PRODER
Comissões Regionais da Reserva Agrícola Nacional (CRRAN)
Direcção-Geral da Veterinária (DGV)
Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)
Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva (EDIA)
Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
Gabinete do Gestor do Programa Operacional da Região: Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve
Gabinete do Gestor do Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Programa AGRO)
Inspeção-Geral de Agricultura e Pescas (IGAP)
Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.)
Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB)
Secretaria-Geral (SG)

OUTROS ORGANISMOS

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Administração de Região Hidrográfica (ARH)
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Águas de Portugal, S.A.
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
Conselho Nacional da Água
Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)
Gabinete de Relações Internacionais (GRI)
Instituto da Água (INAG)
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)
Instituto Geográfico Português (IGP)
Instituto Regulador da Água e Resíduos (IRAR)

Ministério da Justiça

Centro de Estudos Judiciários (Protocolo)
Procuradoria-Geral da República

Ministério da Educação

Agência Nacional para a Qualificação (ANQ)

Ministério da Saúde

Centro de Intoxicações Anti-Venenos (CIAV)
Direcção-Geral de Saúde (DGS)
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária
Direcção-Geral do Ensino Superior
Institutos Politécnicos
Universidades

Ministério da Economia e da Inovação

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP)
Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE)
Direcção-Geral da Empresa (DGE)
Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Direcções Regionais de Economia
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)
Instituto Português da Qualidade (IPQ)
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (INETI)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Autoridade Nacional de Comunicações, I.P. (ICP)
Conselho Consultivo de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (CCOPT)
Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (IMTT)
Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias (INIR)
Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P. (LNEC)
Portugal Telecom, SGPS, S.A. (PT)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

CADC (Convenção de Albufeira)
Direcções Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)
Representação Permanente de Portugal junto da U.E. (REPER)

Ministério das Finanças e Administração Pública

Direcção-Geral de Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC)
Repartições de Finanças
Serviços de Finanças Locais

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)
Comissão Nacional da Aprendizagem
Direcção-Geral de Emprego e das Relações do Trabalho (IR)
Gestor do POPH
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE)
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Presidência do Conselho de Ministros

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Organizações de Agricultores de Nível Superior

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)
Associação Florestal de Portugal (Forestis)
Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
Confederação Nacional das Cooperativas e Caixas de Crédito (CONFAGRI)
Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal (CNJ)

Associações de Agricultores e de Outros Agentes

Administração Local
Agricultores
Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça
Associação para a Valorização da Cortiça (SUBERAV)
Associação para o Desenvolvimento do ISA
Associações de Agricultores
Associações de Beneficiários de Emparcelamento
Associações de Desenvolvimento Local
Associações de Promoção Ambiental
Associações de Regantes
Câmaras Municipais (onde decorrem as obras)
Centros Operativos e Tecnológicos
Conservatórias do Registo Predial
Cooperativas Agrícolas
EDP
Empreiteiros de Construção Civil
Empresas Fornecedoras de Serviços Técnicos Especializados
Empresas Projectistas e de Fiscalização
Grupos de Acção Local
Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN)
Instituto para o Desenvolvimento de Região Centro (IDARC)

Juntas de Freguesia
Notários
Proprietários de Prédios Rústicos

INTERACÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito da Comissão da União Europeia

Comité Fitossanitário Permanente -Organismos Prejudiciais
Comité Permanente de Espécies de Fruteiras
Comité Permanente de Plantas Ornamentais
Comité Permanente de Sementes e Propágulos de Espécies Agrícolas, Hortícolas e Florestais
Comité Permanente dos Direitos de Obtentor
Grupo COEX-NET
Grupo de Trabalho de Avaliação – Pesticidas
Grupo de Trabalho Minor Uses
Grupo de Trabalho Questões Agrícolas
Grupo de Trabalho sobre Legislação - Produtos Fitofarmacêuticos / Pesticidas
Grupo de Trabalho sobre Resíduos – Pesticidas
Instituto Comunitário de Variedades Vegetais (ICVV)
Serviço Alimentar e Veterinário (FVO)

No âmbito do Conselho da União Europeia

Grupo Codex Alimentarius (Resíduos de Pesticidas)
Grupo Questões Agrícolas
Direitos de Obtentor
Organismos Nocivos
Sementes e Propágulos
Grupo das Questões Fitossanitárias
Grupo de Roosendal
Propágulos e Materiais de Plantação
Protecção e Inspeção
Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP)
Comité das Organizações Profissionais Agrícolas (COPA)
Confederação-Geral das Cooperativas Agrícolas (COGECA)

Outras Entidades

Advisory Forum Pesticides

CIPAC - Collaborative International Pesticides Analytical

FAO - Organização Alimentar e Agrícola das Nações Unidas (Codex Alimentarius)

FVO – Food and Veterinary Office

Grupo da Classificação ECB (European Chemicals Bureau)

EFMA - European Fertilizer Manufacturers Association

EFSA - European Food Safety Authority

IPPC - Convenção Internacional de Protecção das Plantas (FAO)

ISTA - International Seed Testing Association

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (Pesticides)

OEPP - Organização Europeia e Mediterrânea para a Protecção das Plantas (Pesticides)

OILB/SROP - Organização Internacional de Luta Biológica

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OMS - Organização Mundial de Saúde (Pesticidas)

Parceiros de Projectos INTERREG

REPER em Bruxelas

UN/ECE - United Nations Economic Commission for Europe

UPOV - International Union for the Protection of New Varieties of Plants

ABREVIATURAS

AC	Autoridade de Certificação
AG	Autoridade de Gestão
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
ANR	Autoridade Nacional do Regadio
APV	Autorização Provisória de Venda
BT	Banco de terras
CA	Comissão de Acompanhamento
CH	Centrais Hidroeléctricas
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificação
CNRA	Conselho Nacional da Reserva Agrícola
CNREN	Conselho Nacional da Reserva Ecológica Nacional
CNV	Catálogo Nacional de Variedades
CNZH	Comissão Nacional para as Zonas Húmidas
CPAE	Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura
CRRAN	Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
DHE	Distinção, Homogeneidade e Estabilidade (Ensaio de)
DIA	Declaração de Impacte Ambiental
EE	Estações Elevatórias
EF	Estruturação Fundiária
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EN	Estratégia Nacional
GM	Geneticamente Modificados
GT	Grupos de Trabalho
GTT	Grupos de Trabalho Temático
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
MPB	Modo de Produção Biológico
NECE	Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim
NMP	Nemátodo da Madeira do Pinheiro
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONS	Organismo de Normalização Sectorial
OPFPH	Organizações de Produtores de Fruta e Produtos Hortícolas
OTE	Orientação Técnica Específica

PDM	Plano Director Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PF	Produtos Fitofarmacêuticos
PI	Protecção Integrada
PIFF	Posto de Inspecção Fitossanitária de Fronteira
PLC	Pedido de Libertação de Créditos
PM	Preservadores de Madeira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNCRP	Programa Nacional de Controlo de Resíduos e Pesticidas
PO	Programa Operacional
PP	Planos de Pormenor
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODI	Produção integrada
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PRRN	Programa da Rede Rural Nacional
PU	Planos de Urbanização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REDR	Rede Europeia de Desenvolvimento Rural
RH	Recursos Hídricos
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RRE	Rede Rural Europeia
RRN	Rede Rural Nacional
ST	Secretariado Técnico
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SNAA	Serviço Nacional de Avisos Agrícolas
UC-ETA	Unidade Central da estrutura Técnica de Animação
UITM	Unidade Industrial de Tratamento de Madeira
VAU	Valor Agronómico e de Utilização
VGM	Variedade Geneticamente Modificada

PLANO DE ACTIVIDADES 2011

FICHA TÉCNICA

Editor: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: DSIGA / DPDI - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Edição em suporte magnético: DSIGA / DPDI - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Série Programação nº 51

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA / DPDI - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77
E-mail: dpdi.pub@dgadr.pt - <http://www.dgadr.pt>

©2011 DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA